UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS E REIS

Sem passado e sem futuro: o consumo de drogas na sociedade
contemporânea

São Paulo

2015

FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS E REIS

Sem passado e sem futuro: o consumo de drogas na sociedade
contemporânea

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e
do Trabalho.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eda Terezinha de
Oliveira Tassara.

São Paulo

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Reis, Fernando Figueiredo dos Santos e.

Sem passado e sem futuro: o consumo de drogas na sociedade contemporânea / Fernando Figueiredo dos Santos e Reis; orientadora Eda Terezinha de Oliveira Tassara. -- São Paulo, 2015.

96 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Drogas 2. Consumo 3. Tradição I. Título.

HV5801

Nome: REIS, Fernando Figueiredo dos Santo e

Título: Sem passado e sem futuro: o consumo de drogas na sociedade contemporânea

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer outra pessoa, agradeço à minha mãe, Maria Helena, por todos os sacrifícios que ela já fez por mim, e por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu mesmo não acreditava.

Agradeço também à minha esposa, amiga e companheira Paola, por todo o incentivo e por estar sempre do meu lado, me dando forças para tentar mais uma vez.

Agradeço à todas as minhas orientadoras, que desde o começo da minha caminhada acadêmica sempre me ensinaram e me ajudaram a ir mais longe: Ivone Barbosa na iniciação científica, Naraiana Tavares na orientação de estágio, Elaine Mesquita na supervisão de estágio, Juliana de Castro na monitoria, Maria do Rosário Resende no trabalho de conclusão de curso, Sueli Damergian no início do Mestrado e Eda Tassara no fim do Mestrado.

E por estar sempre disposto a me ajudar, antes e durante o processo do Mestrado, mesmo com minhas fugas, agradeço imensamente ao Domenico Hur, e sua disponibilidade.

Existe no PST duas pessoas iluminadas e muito gentis que sempre me socorrem e as quais sou extremamente grato: Marinalva Gil e Rosangela Sigaki, esse Mestrado teria sido muito mais difícil sem a ajuda de vocês.

No mais, peço desculpas caso tenha me esquecido de alguém e continuo grato a todos os encontros que tenho na vida, positivos ou negativos. É deles que construo meu conhecimento e minha história.

RESUMO

REIS, F. F. S. *Sem passado e sem futuro: o consumo de drogas na sociedade contemporânea*. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Apesar de milenar e ricamente inserido na cultura, o consumo de drogas ainda é encarado como um tabu na sociedade de hoje. Este trabalho visa entender e discutir de maneira crítica as características do consumo de drogas na sociedade contemporânea. Para isso, no primeiro capítulo é estudado a história da formação do sujeito e da sociedade Moderna, que nas revoluções burguesas e nas guerras mundiais definem o cenário de ascensão do consumismo. No segundo capítulo é feito um breve levantamento da história das drogas com suas diferentes inserções na vida dos homens, marcando que seu consumo é histórico, e posteriormente é traçado o atual estado da discussão sobre drogas nos âmbitos políticos e científico. No terceiro capítulo discute-se sobre o sujeito que consome a droga e sua formação subjetiva e psíquica e a íntima relação que esta formação tem com o social. No quarto capítulo é explorado as características sociais em que o sujeito consumidor de drogas se insere e é analisado as características contraditórias que constituem o consumo de drogas na contemporaneidade. Amplamente utilizada, as drogas são divididas em categorias quanto a sua legalidade ou sua finalidade e desse modo se incentiva o consumo de alguns tipos e se proíbe o consumo de outros. Tal contradição permite que se projete nas drogas, pelo seu consumo e pelo seu combate, toda a agressividade do instinto de morte gerado por um sistema que idolatra o novo e é excessivamente repressivo, cobrando o máximo de desempenho dos sujeitos. Neste contexto, o consumo torna-se a principal atividade mantenedora do sistema produtivo, tanto pela parte econômica de dominação, quanto por romper os vínculos com o passado e com toda a tradição que poderia oferecer algum tipo de suporte ao sujeito que se encontra desamparado. O consumo de drogas, irreflexivo, serve bem a esse sistema pois dele se ignora todo o passado e o possível futuro, exigindo apenas o prazer máximo e momentâneo.

Palavras-chave: Drogas; Consumo; Tradição.

ABSTRACT

REIS, F. F. S. *No past, no future: drug use in contemporary society*. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Although ancient and richly inserted in culture, drug use is still seen as a taboo in today's society. This work aims to understand and discuss critically the drug use characteristics in contemporary society. For this, the first chapter is studied the history of the formation of the subject and the Modern society, which in bourgeois revolutions and world wars define the rise of consumerism scenario. The second chapter made a brief survey of the history of drugs with their different inserts in the lives of men, marking its consumption is historical, and is later traced the current state of the drugs on discussion in the political and scientific fields. In the third chapter discusses about the subject consuming the drug and its subjective and psychological training and the close relationship that this training has with the social. In the fourth chapter is explored social features in the drug consumer subject is inserted and is analyzed the contradictory characteristics that make up the drug use nowadays. Widely used, the drugs are divided into categories as its legality or its purpose and is thus encourages the consumption of certain types and prohibits the consumption of others. This contradiction allows you to design on drugs, its consumption and its combat, all the aggressiveness of the death instinct generated by a system that worships the new and is overly repressive, charging the maximum performance of the subject. In this context, consumption becomes the main sponsor activity manufacturing, both for the economic part of domination, as to break ties with the past and with all the tradition that could offer some kind of support to the individual who is helpless. Drug use, unreflective, serves well to this system because it is ignored all the past and the possible future, requiring only the maximum and momentary pleasure.

Keywords: Drugs, Consumption, Tradition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 01 – Os Pilares da Contemporaneidade	16
CAPÍTULO 02 - Drogas	27
2.1 – As Drogas na História da Humanidade	27
2.2 – As Drogas nas Atualidade	35
CAPÍTULO 03 – O Sujeito Psíquico	46
3.1 – Freud e as Drogas	47
3.2 – O Narcisismo	52
3.3 – O Sujeito do Inconsciente	56
CAPÍTULO 04 - Da Tradição ao Consumo	63
4.1 – O desencantamento do mundo	63
4.2 – O consumo e a busca pela felicidade	66
4.3 – O desamparo e a perda das Tradições	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

O consumo de drogas pelos homens acompanha toda a história da humanidade. No Paleolítico os homens já experimentavam frutos que modificavam sua consciência e a partir da revolução do Neolítico, com o cultivo de cereais, o homem passou a acumular conhecimentos farmacológicos complexos e um catálogo de remédios fitoterápicos eficazes para algumas doenças (ESCOHOTADO, 2008). Esse conhecimento cresceu na medida em que o domínio da natureza se acirrou e suas possibilidades se expandiram. Hoje as drogas, quer no sentido de remédio ou de veneno, tiveram seus princípios ativos isolados quimicamente fazendo com que seus efeitos e os sentimentos provocados, antes explicados de maneiras mágicas, fossem desencantados. Com a mudança do contexto histórico, também mudam os modos das drogas serem usadas, mudam os efeitos por elas provocados e os significados sociais de seu uso.

Sem a devida atenção ao contexto social e histórico em que as drogas, de maneira geral, são usadas hoje, pode-se facilmente demonizar algumas substâncias e santificar outras. Esses mitos modernos sobre as drogas, gerados a partir de correlações impróprias, interesses econômicos, e pelo consumo colocado como remédio para o desamparo estrutural dos sujeitos, faz com que o passado seja esquecido, não se tornando nunca experiência e conhecimento, e o futuro nunca chegue, pois o momento do consumo é o agora.

Drogas psicoativas podem agir como remédios ou venenos, alimentos ou bebidas, analgésicos ou anestésicos, eutanásicos ou instrumentos para sonhar, divindades ou demônios, seus usos abrangem o nascimento e a morte. Podem despertar e estimular a vigília ou adormecer e acalmar o ânimo. Abrem o apetite ou tiram a fome. São ateadoras da sexualidade ou anuladoras da excitação. Seus usos múltiplos alimentam e espelham a alma humana (CARNEIRO, 2005, p.6).

O termo drogas causa algum desacordo quando se reúne diferentes campos para discuti-lo. A farmacologia não tem a mesma compreensão da antropologia ou da psicologia. Neste trabalho será usado o conceito mais amplo e abrangente do termo droga, para compreender, inclusive, as várias ramificações de compreensão que este

termo abarca e que se formaram historicamente. Considera-se droga qualquer substância ingerida, fumada, cheirada ou injetada no corpo que provoca alguma alteração, estimulante, depressiva ou perturbadora do sistema nervoso central. Portanto, este conceito abrange tanto as chamadas drogas ilícitas, quanto as drogas lícitas, os medicamentos, e alguns alimentos como o café, o açúcar, chás, chocolate, etc.

As alterações do sistema nervoso central podem-se entender também por alterações na consciência, de si e do mundo que nos cerca. Brincar com a consciência, portanto, é uma prática histórica e social que constitui o homem e sua subjetividade. Faz parte da rotina de todos nós o uso de algumas drogas, como por exemplo o álcool, a cafeína e o açúcar. São elementos presentes em qualquer cultura. Não é raro encontrar relatos de usos e abusos de algumas drogas nas obras literárias de diferentes períodos históricos. Do Antigo Testamento na bíblia aos escritos do pai da psicanálise, pode-se encontrar hipóteses sobre o consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo. Contudo, na contemporaneidade a questão das drogas e seu consumo se apresenta como um problema complexo, que envolve a moral, a educação, a saúde, a justiça e a segurança pública.

Não se pode ignorar que com a contemporaneidade temos a fase de maior desenvolvimento capitalista, e a ideia de consumo, pedra angular do mercantilismo, ganha novos significados. Consumir para o sujeito do século XXI tem um sentido completamente diferente que para o sujeito do fim do século XVII, e esse sentido é internalizado e passa a constituir os sujeitos que se constroem entre as coisas consumidas. O papel social do uso/consumo de drogas acompanha essas mudanças.

Diante deste tema, o objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão crítica sobre o consumo de drogas - sobretudo o uso problemático - em uma sociedade consumista, pautada pela contradição da proibição e demonização de algumas substâncias e da liberação e incentivo ao consumo de outras. Assume-se, neste trabalho uma posição que defende a liberdade para se consumir drogas, quaisquer que sejam. Entretanto, é impossível pensar em liberdade sem conhecimento e responsabilidade. O uso de drogas psicotrópicas e a prática de alterar os estados de consciência são comuns ao homem desde antes do domínio da agricultura, sendo assim uma prática milenar. Contudo, atualmente parece que a sociedade se esqueceu de seu passado e culpa o consumo de algumas drogas por suas mazelas sociais ao mesmo tempo que se utiliza de outras como

remédios milagrosos. Por trás desta contradição, há uma série de relação psicossociais que precisam ser investigadas para se desfazer do mitos que constituem o saber sobre as drogas.

Para isso, recorre-se ao estudo da história da constituição da sociedade moderna e à história das drogas para entender como o cenário atual se construiu. Espera-se, assim, avançar na compreensão crítica do atual problema com as drogas, fugindo de explicações moralistas ou de cunho religioso, que culpabilizam individualmente o sujeito e de correlações superficiais entre o uso de drogas e a criminalidade, por exemplo. Pretende-se, portanto, ampliar a relação entre indivíduo/sociedade/história no entendimento da situação de consumo de drogas.

Esse momento de grande consumo de drogas é marcado por uma sociedade pós-industrial que toma o esclarecimento como algo positivo criando uma racionalidade instrumental que não permite a relação com as experiências e com a tradição (HORKHEIMER e ADORNO, 2006 e BENJAMIN, 2012). Há o imperativo do novo, do espetacular, e este imperativo serve ao consumo, engrenagem principal do modo de produção atual.

O presente trabalho, visando cumprir com seus objetivos, estrutura-se apoiado sobre as bases teóricas da psicanálise e sua visão de homem, e as reflexões sobre a sociedade dos teóricos críticos da escola de Frankfurt, principalmente Adorno, Benjamim, Marcuse e Horkheimer. A estruturação psíquica do homem, erguida pelas repressões da civilização aos instintos pulsionais de vida e de morte, faz surgir o sujeito civilizado. O homem abre mão da busca desenfreada pelo prazer efêmero para poder conquistar algo maior, o convívio com o outro e assim garantir sua vida por meio da constante negociação das demandas de prazer com as demandas da realidade. Portanto, torna-se necessário que esta análise parta do sujeito do inconsciente, este que tem relações tão delicadas com a busca do prazer e que encontra nas drogas um substitutivo para esta constante negociação. Complementa a construção deste texto o conhecimento sobre o desenvolvimento sócio-historicocultural da sociedade contemporânea e o resultado de importantes pesquisas sobre o consumo e os efeitos das drogas.

A temática das drogas tem sido amplamente pesquisada no Brasil e no mundo, sendo que, em sua maioria, as pesquisas tratam ou de levantamentos sobre o uso e venda de drogas, ou sobre os efeitos que o consumo de drogas produz no corpo humano

ou em seu meio social. Por ser um tema amplo, que abrange tanto as ciências biológicas quanto as sociais, diferentes métodos e metodologias são usadas, dependendo do objetivos que se pretende alcançar.

Entende-se, neste trabalho que o lugar ocupado pelo consumo problemático de drogas em nossa sociedade não é a causa de nenhum mal maior, mas sim a consequência. O objetivo deste trabalho portanto, é a investigação das relações que culminaram nesta consequência nociva em relação ao consumo de drogas. Acredita-se, que desse modo pode-se esclarecer o(s) lugar(es) ocupado(s) pelo consumo de drogas na sociedade contemporânea.

Para tanto, a dialética faz-se apropriada pelo modo como lida com o contraditório e por sua flexibilidade em relação ao conhecimento (GIL, 1987). Tal flexibilidade cobra do pesquisador que o objeto seja estudado em todos os seus aspectos. Certamente passar-se-á pela política, biologia, psicologia, filosofia e sociologia.

A dialética tem como pressuposto compreender a realidade. Na dialética não se apreende o homem isolado, mas ele existe na medida em que se relaciona com outros homens. Nele, o homem é entendido como um ser de necessidades e sua primeira necessidade é o desenvolvimento do aspecto biológico. Este é o primeiro fato histórico. Atendidas estas primeiras necessidades o homem cria novas necessidades, constituindo o segundo fato histórico. O terceiro é que os homens passam a criar novos homens pela reprodução. “A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são” (MARX E ENGELS, 1998, p. 11).

A justificativa para a escolha deste método ocorre porque ele propõe apreender o objeto, incorporado às mediações. Isso implica em construção de categorias e a totalidade, que é histórica e aberta, pois busca apreender a unidade entre sujeito e objeto, que são cognoscente e cognoscível. A história não é o simples desenrolar das ideias e muito menos linear. Ela tem uma base material que faz as transformações. Por isso, o importante levantamento histórico deste trabalho, tanto do sujeito e sociedade contemporânea, como da história do consumo de substâncias psicotrópicas se fazem necessários para uma análise coerente e consciente. A consciência é entendida como o sentido que o homem dá para si, para o mundo e para o outro.

Espera-se, com esta pesquisa, realizar uma crítica a essas questões para que se possa haver discussão. Reconhece-se que o problema proposto é muito amplo, por isso a intenção é torna-lo mais específico, ou ainda possibilitar a construção de hipóteses que possam ser desmembradas e melhor analisadas. Ainda assim é uma pesquisa importante devido à escassez de material com esse tipo de questionamento sobre o tema.

Portanto, com a tarefa de reunir pensadores e ideias que auxiliem na construção de hipóteses para o questionamento do problema de pesquisa, é proposto como metodologia a pesquisa bibliográfica para um levantamento teórico sobre o tema, respeitando o método dialético. Por mais que a maioria dos autores utilizados não tratem diretamente do tema das drogas, muitos discutem a constituição da sociedade e da subjetivação, assim como as crises de experiência e tradição, servindo de referência para a argumentação do trabalho. Relacionar tais assuntos e inseri-los nas discussões atuais sobre o problema do abuso de drogas na sociedade faz-se necessário e justifica tal pesquisa, podendo esta encontrar ressonância nas pesquisas quantitativas realizadas por outros pesquisadores.

Parte importante da pesquisa será proveniente da experiência prática do pesquisador no tratamento de dependência química, principalmente em populações marginalizadas. Tendo atuado no programa Consultório de Rua, no Ministério da saúde, que tem como intuito oferecer assistência de saúde aos moradores de rua, especialmente em relação ao uso de drogas, e atualmente trabalhando no Presídio Cel. Odenir Guimarães, de Goiás, com o tratamento de dependência química dos reeducandos privados de liberdade, a temática das drogas toca, de modo especial, o interesse e curiosidade do pesquisador. A experiência pessoal não deve ser ignorada pois ela oferece motivação ao início da pesquisa, e ao seu fim, os frutos do conhecimento ampliado.

No primeiro capítulo é feito um levantamento histórico dos momentos de maior importância para a constituição da sociedade de consumo contemporânea, devido a toda transformação ocasionada por estas: as Revoluções Industrial e Francesa, e as Guerras Mundiais. Entende-se neste trabalho que as transformações causadas por estes eventos no mundo e nos sujeitos são as bases sobre as quais se desenvolveram os contextos de produção de subjetividade e a nova relação com a tradição e com o passado, que propiciam o cenário atual em relação ao consumo, em especial neste trabalho, o consumo de drogas.

No segundo capítulo apresenta-se uma breve história da relação dos homens com as drogas, ressaltando sua importância comercial e cultural em diferentes períodos. Nota-se que o consumo de drogas apresenta características diversas em diferentes contextos histórico-culturais, fazendo surgir assim um variado universo simbólico em que eram depositados nas substâncias vários conteúdos psíquicos dos sujeitos que a consumiam. Ainda no segundo capítulo, é apresentado o modo como a questão das drogas vem sendo discutido atualmente, com tópicos sobre paradigmas de tratamentos, criminalização de algumas drogas e suas consequências e as políticas públicas produzidas sobre o assunto.

No terceiro capítulo é apresentado a noção de sujeito com a qual o trabalho é desenvolvido: o sujeito do inconsciente da psicanálise. O capítulo inicia-se com um texto sobre a temática das substâncias tóxicas durante a produção teórica de Freud com uma elaboração que servirá de base para a discussão posterior. Depois, é demonstrado que o sujeito, no desenvolvimento de sua subjetividade e interioridade, mantém fortes vínculos de recíproca formação com o mundo que o cerca, se constituindo assim um ser social. Essa mútua influência entre interioridade e exterioridade faz com que o narcisismo e a fixação oral, tão importantes nos primeiros estágios da vida para a sobrevivência da criança, ganhem especial força na relação com a exterioridade, formando uma sociedade marcada por estas características, associadas ao consumo.

No quarto capítulo é realizada uma discussão teórica em que são apresentados conceitos que alinhados com a história da Modernidade e o sujeito do inconsciente ajudam a compreender melhor as relações sociais que constituem o modo como as drogas são consumidas e entendidas pelos sujeitos. A relação que o homem tem com o esclarecimento como forma de combater os mitos e o modo como até hoje essa contradição é marcada, inclusive pelos mitos gerados sobre o assunto *drogas*. A busca pelo novo, pelo exato, pelo mensurável, comparável e reproduzível faz com que os métodos positivistas se tornem a ciência por excelência e essa nova forma de saber inaugura uma crise da tradição e da experiência que perdem seu valor como modo de entender e explicar o mundo. Ao cortar os vínculos com o passado, o consumo de drogas torna-se assombroso pois ilusoriamente emerge como algo novo e perigoso. As relações sociais expostas neste capítulo dizem respeito de um sujeito que se formou dialeticamente nesta sociedade, e trás em si toda a contradição do social.

Com esta organização dos capítulos, pretende-se, de forma didática, expor as complexas relações entre história, indivíduo e sociedade em uma análise crítica, sempre ressaltando a tensão que há entre esses polos que dependem um do outro para se constituir.

(...) todos os métodos de formação, de evolução pessoal ou grupal, de intervenção psicossociológica ou institucional, nas organizações sociais, reconhecem que o indivíduo é um ator preso numa história coletiva, na qual ele tem que desempenhar um papel social, membro de um conjunto que tem suas coerções, suas regras de jogo e seu espaço de liberdade. Por outro lado, reconhecem que a mudança é o produto de mudanças ao mesmo tempo individual, grupal e coletiva, mudança sempre difícil pois traz, necessariamente, novos questionamentos e transformações nas relações de poder ou, ao menos, de autoridade. Elas anunciam, assim, que o indivíduo, para se tornar um sujeito falante e atuante, deve poder se interrogar sobre si mesmo e sobre as estruturas de trabalho nas quais se encontra (ENRIQUEZ, 2001, p.49).

CAPÍTULO 01 – Os Pilares da Contemporaneidade

1.1 - A constituição histórica da sociedade contemporânea e as drogas.

Com o intuito de entender o sujeito moderno, capitalista e contemporâneo, é preciso voltar ao ponto de “maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado” (HOBBSBAWM, 2006, p.16), as Revoluções Francesa e Industrial. Ocorridas no noroeste da Europa a partir de 1789, as influências e transformações geradas por essas revoluções a partir dali se propagaram por todo o mundo, dando o sentido atual de palavras como classe média, indústria, sociedade burguesa liberal, capitalismo e socialismo, entre várias outras. Tais revoluções foram o triunfo do capitalismo liberal burguês.

Segundo Hobsbawm (2006, p.19) “o período histórico que começa com a construção do primeiro sistema fabril do mundo moderno em Lancashire e com a Revolução Francesa de 1789” e “termina com a construção de sua primeira rede de ferrovias e a publicação do Manifesto Comunista” teve como sua mais notável consequência o domínio do globo por uma pequena porção de países ocidentais economicamente mais desenvolvidos. Tudo que parecia economicamente vantajoso para os homens de negócios ocidentais era por eles conquistado e ocupado, expandindo suas influências para os quatro cantos da Terra.

Segundo Marx e Engels (2001) a história de toda sociedade é a história da luta de classes. Oprimidos e opressores sempre estiveram em constante oposição e, antes da Idade Moderna, se dividiam em diferentes grupos e estratos sociais. O diferencial, a partir das revoluções burguesas, foi a simplificação da oposição em apenas dois grandes grupos: a burguesia e o proletariado.

O mundo antes das revoluções burguesas era, ao mesmo tempo, muito maior e menor que o atual. A fração habitada conhecida pelo homem europeu incluía somente o desenho mal feito dos mapas desenvolvidos por viajantes, aventureiros e exploradores. A população também era menor – especula-se, de acordo com Hobsbawm (2006), que em 1800 existia o equivalente a um terço da população de meados do século XX. Todavia, em aspectos como a comunicação e o deslocar-se entre grandes distancias, o

mundo daquela época era muito maior que o atual. Apesar de já haver melhores condições desde o fim da Idade Média, com a construção de estradas e desenvolvimento de alguma tecnologia de transporte, as viagens com passageiros ou com encomendas ainda era algo demorado e incerto, quando feita por terra. Os transportes aquáticos conseguiam ser mais velozes, e faziam das cidades com porto mais próximas entre si do que entre vizinhas continente a dentro. Entretanto a inconstância dos ventos e marés deixava o transporte marítimo intermitente.

Antes de 1789, o mundo era essencialmente rural, e isso é primordial para se entender a força das mudanças ocorridas com as revoluções. Marcados pela transição entre Idade Média e Era Moderna, eram comuns no campo as relações pautadas por resquícios feudais. Quem possuía terras fazia parte da classe dominante e tinha privilégios políticos e sociais. Contudo a agricultura e a posse de terras não era mais o único modo de se construir riquezas. O mundo dos comércios, das manufaturas e das tecnologias estava em vasto crescimento, apoiado na exploração colonial.

A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo terreno. O mercado indiano e chinês, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido, favorecendo na sociedade feudal em desintegração a expansão rápida do elemento revolucionário (MARX e ENGELS, 2001, p.25).

Como aponta Marx e Engels, a descoberta de novos mercados impulsionou as novas tecnologias de produção. Os pensadores iluministas como David Hume, Rousseau, Montesquieu, John Locke, Adam Smith e Kant, buscavam no poder da razão que o homem fosse senhor de si, e assim poderia clamar por mudanças da sociedade absolutista. Os iluministas, principalmente os fisiocratas, criticavam o mercantilismo, afirmando que toda riqueza deveria vir da terra e não das trocas de mercadoria.

Assim, o projeto do esclarecimento que pretendia afastar o homem da escuridão foi derrotado pelo rápido avanço da lógica mercantil da Revolução Industrial, em que a liberdade era econômica, a igualdade era de direitos e a fraternidade era apenas ideologia para agregar à causa burguesa a classe proletária. Portanto, por mais que não seja propriamente correto chamar o Iluminismo de uma ideologia da classe média,

segundo o Hobsbawm (2006), muitos iluministas politicamente decisivos assumiram como verdadeira a proposição de que uma sociedade livre seria uma sociedade capitalista. Com esta corrente de pensamento vigente, estava preparado o solo intelectual para brotar as revoluções.

E com o ideal de calculabilidade do mundo, explodiu na Grã-Bretanha, entre o período aproximado de 1780 – 1850, a Revolução Industrial. Não houve um início ou um fim marcado e específico, de acordo com o historiador Hobsbawm (2006), mesmo porque vive-se as consequências desta revolução até os dias de hoje. Contudo, houve uma enorme diferença na capacidade produtiva do homem moderno.

Pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a ‘partida para o crescimento auto-sustentável’. Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e consequentemente o colapso, a fome e a morte periódica, impunham à produção (HOBSBAWM, 2006, p.50).

O mundo era cheio de possibilidades ao novo homem burguês, que cada vez mais ia moldando em si mesmo o título de aquele capaz de tudo, por meio do trabalho. E não foi sem razão que a Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha. Apesar de não deter superioridade tecnológica ou científica, e sua educação formal não ser de grande qualidade, os britânicos tinham algo que não se encontrava no resto do continente europeu: o lucro privado e o desenvolvimento econômico eram aceitos como os objetivos da política governamental. Poucos refinamentos intelectuais foram necessários para desenvolver as máquinas da Revolução Industrial. Antes disso, era preciso de certa liberdade econômica, excedente de mão-de-obra nas cidades, matéria-prima abundante e barata e um mercado consumidor amplo.

A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBSBAWM, 2006, p.54-5).

Outro fator fundamental que propiciou o grande desenvolvimento industrial britânico foi sua economia mercantil colonialista escravista. A prática de comprar em mercados mais baratos (colônias), e vender nos mais caros, pôs a Grã-Bretanha em contato com o algodão e o tabaco, produzidos em grande escala pela mão-de-obra escrava nos trópicos. O tabaco, desde sua descoberta pelos portugueses e espanhóis na América, se espalhou rapidamente por todo o mundo.

Uma das razões para a aceitação ecumênica do tabaco foi o seu efeito específico como estimulante do estado de vigília e, portanto, útil, assim como o chá e o café, para as necessidades de ampliação da produtividade laboral crescente na época capitalista. Essa amplitude da produtividade global na difusão do tabaco só ocorreu, entretanto, após o final do século XVIII, quando ainda se tentou proibir o tabaco na China. A via inicial da sua difusão europeia, assim como ocorreu com outras plantas americanas (a quina, o cacau, etc.), foi através do clero e particularmente dos jesuítas. Por essa razão e também por motivos comerciais, as nações não-católicas da Europa, assim como os países islâmicos e a China, ofereceram uma severa resistência inicial contra o tabaco, que foi proibido sob pena de morte em vários países (CARNEIRO, 2005, p.82).

É possível perceber, com base em Carneiro (2005), que um dos principais motivos da grande expansão do tabaco, hoje uma droga lícita, foi justamente a sua utilização na lógica produtivista da Revolução Industrial, junto com sua aceitação e legitimação pela Igreja, que ainda exercia grande influência naquele momento histórico em que se transitava da lógica feudal para a capitalista.

No entanto, nem todos aceitaram facilmente a lógica mercantil. A China não se abriu ao comércio com o Ocidente, que tinha no algodão o principal produto a ser oferecido. O algodão tinha uma característica valiosa além do seu baixo preço em comparação com a lã ou a seda: todo mundo, do mais pobre ao mais rico, se vestia com, pelo menos, uma camisa de algodão. Era um amplo mercado consumidor que se expandiria ainda mais no além-mar, no comércio com as colônias. A América e a Índia eram controladas economicamente pela Inglaterra, e seus negócios já atingiam o Extremo Oriente.

Somente os auto-suficientes e conservadores chineses ainda se recusavam a comprar o que o Ocidente, ou as economias controladas

pelo Ocidente, oferecia, até que entre 1815 e 1842 comerciantes ocidentais, auxiliados pelas canhoneiras ocidentais, descobriram uma mercadoria ideal que podia ser exportada em massa da Índia para o Extremo Oriente: o ópio (HOBSBAWM, 2006, p.60).

O ópio era usado pelos ingleses como uma alternativa de pagamento no lugar da prata. As autoridades chinesas, entretanto, passaram a controlar e proibir o contrabando de ópio realizado pelos ingleses, por razões protecionistas. Os ingleses, em nome do livre-comércio, deram início à primeira guerra do ópio, de 1839 a 1842, que levou à dominação de Hong Kong pelos britânicos e a autorização do comércio de ópio e outros produtos em algumas cidades chinesas (CARNEIRO, 2005).

A indústria algodoeira foi a primeira a investir na produção industrial, gerando milhares de empregos mal remunerados, e enriquecendo muito rapidamente os investidores industriais, vindo a se tornar tão ricos que novas oportunidades de investimento tão rentáveis eram difíceis de se encontrar. Outros tipos de indústria, como as de bens de capital, tinham dificuldades de crescer pois não conseguiam alta demanda para seus produtos. Isso até a invenção da ferrovia.

Todas as fábricas, por razões de escoamento de produção, não se localizavam distantes de portos, visto que esse era ainda o modo mais rápido e barato de transporte (HOBSBAWM, 2006). A máquina à vapor sobre trilhos já era utilizada em minas de carvão para trazer o carvão do fundo das minas de maneira mais veloz. Com muito capital parado e poucas oportunidades de investimento, vários industriais do algodão passaram também a investir em ferrovias a partir de 1825, data da primeira linha entre o campo de carvão de Derham e o litoral, na Inglaterra (HOBSBAWM, 2006). Em pouco tempo, centenas de quilômetros de linhas de ferrovia foram construídos, não só na Grã-Bretanha, mas também em vários países da Europa e na América. Esse grande e apaixonado investimento em ferrovias foi a demanda necessária para a indústria de ferro e aço crescer, e desse modo, puxar o crescimento de vários outros ramos industriais. A ferrovia foi o motor de arranque da nova era de tecnologia e comércio em que o homem burgues entrava.

Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era; a revelação fez-se ainda mais surpreendente pela incomparável maturidade técnica mesmo das primeiras ferrovias. Velocidade de até 60 milhas – 96 quilômetros – por hora, por exemplo, eram

perfeitamente praticáveis na década de 1830, e não foram substancialmente melhoradas pelas posteriores ferrovias a vapor (HOBSBAWM, 2006, p.72).

A ferrovia causava um fascínio que justificava seu investimento, mais que o lucro que gerava - cerca de 3,7% - baixo comparado ao lucro de milhares por cento gerado pela indústria de algodão, segundo Hobsbawm (2006). Contudo, o fascínio da velocidade da Modernidade também assustava, pois anunciava mudanças tão rápidas que as tradições e o modo de compreender o mundo não conseguiam acompanhar. A velocidade dos trens, incentivou a velocidade da comunicação, da produção, do consumo, dos negócios, das novas tecnologias, das relações e da vida como um todo. O homem transformou-se de maneira tão veloz que deixou sua história para trás, junto com a tradição das antigas experiências e a própria capacidade de experienciar. “Tudo o que era estável e sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profano, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas” (MARX e ENGELS, 2001, p.29).

E as mudanças não ficavam só no campo econômico, com a Revolução Industrial iniciada da Grã-Bretanha, mas também no campo político e ideológico, com a Revolução Francesa. “A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo” (HOBSBAWM, 2006, p.84). As mudanças por ela proporcionadas influenciaram diretamente todas as nações emergentes do mundo e provocaram mudanças em todo o contexto sociopolítico europeu e mundial. Por ter acontecido no mais populoso e poderoso Estado europeu, por ter sido uma revolução social de massa e por seu caráter ecumênico, visto que diferentes visões políticas se uniram a princípio contra o absolutismo do rei, mesmo que depois vieram a se separar em classes moderadas e radicais, a Revolução Francesa foi a mais fundamental entre os fenômenos contemporâneos e suas consequências foram as mais profundas (HOBSBAWM, 2006). Tem-se como exemplo que a moderna noção política de liberdade é fruto desta Revolução.

Vinda de uma situação financeira bastante difícil depois de seu envolvimento na Revolução Americana, a monarquia francesa, que não queria perder seus privilégios, apostou no aumento de impostos como maneira de reverter a situação econômica, fato que aumentou o descontentamento da burguesia e dos camponeses. Com a situação já instável, a tentativa da aristocracia de anular os votos da Terceiro Estado (populares) na

Assembleia do Estados Gerais, foi o estopim para o início do levante popular. “Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, (...), ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação” (HOBSBAWM, 2006, p.94). Mesmo com a tomada da Bastilha, o rei continuou no poder, pois a porção burguesa que inicialmente comandou o levante não estava interessada em muitas mudanças

Mais especificamente, as exigências do *burguês* foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. “Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis”, dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que “somente no campo da utilidade comum” (HOBSBAWM, 2006, p.91).

Porém, o povo francês, agora identificado como “nação”, conceito mais revolucionário do que pretendia o programa liberal burguês, não satisfeito com as poucas mudanças conseguidas – e de certa forma estagnadas – pelos burgueses moderados, queria mais. Em 1792 a monarquia foi derrubada e a República estabelecida.

Pela primeira vez a esquerda ocupava o poder de fato na revolução e as consequências disso foram: uma moeda estável, o fim das guerras com a manutenção eficaz de um exército poderoso, que começava o processo de expansão e conquista de novos territórios, e um firme controle político. A nova constituição garantia ao povo o sufrágio universal, o direito a insurreição, e o mais novo: “a declaração oficial de que a felicidade de todos era o objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente acessíveis, mas também operantes” (HOBSBAWM, 2006, p. 104). Pela primeira vez, todos os antigos direitos feudais haviam sido abolidos, e a moderna noção de Estado estava em vigor.

Todavia, o caráter de terror e perseguição pelo qual se mantinha o governo jacobino, o fez, paulatinamente, perder aliados e não conseguir se manter no poder. Por isso, no fim de 1794, Robespierre, líder jacobino, foi executado e a França passou a ser governada por um Diretório (1795 – 1799). Com baixo apoio popular, o Diretório era fortemente apoiado pelo exército, e suas conquistas cada vez maiores.

Logo o exército percebeu que ele mantinha o governo, e diante desta fragilidade política, organizou no dia nove de novembro de 1799, ou, no calendário revolucionário, no dia 18 de brumário, um golpe que colocou no poder Napoleão Bonaparte como Cônsul. Bonaparte consolidou a França novamente como uma grande potência mundial, e deu ao burgues uma figura de identificação em que convergiam todos os ideais que, dali para frente, seriam os ideais de qualquer pessoa.

Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, como Alexandre, ou patrícios, como Júlio César, mas Napoleão foi o “pequeno cabo” que galgou o comando de um continente pelo seu puro talento pessoal. (Isto não foi estritamente verdadeiro, mas sua ascensão foi suficientemente meteórica e alta para tornar razoável a descrição). Todo jovem intelectual que devorasse livros, como o jovem Bonaparte o fizera, escrevesse maus poemas e romances e adorasse Rousseau poderia, a partir daí, ver o céu como limite (...) Todo homem de negócios daí em diante tinha um nome para sua ambição: ser (...) um “Napoleão das finanças” ou da indústria. Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão, então sem paralelo, de um homem comum que se tornou maior que aqueles que tinham nascido para usar coroas. Napoleão deu à ambição um nome pessoal no momento em que a dupla revolução tinha aberto o mundo aos homens de vontade. (...) Em síntese, foi a figura com que todo homem que partisse os laços com a tradição podia-se identificar em seus sonhos (HOBBSAWM, 2006, p.112-3).

Da dupla revolução emergiu o novo sujeito, fruto e criador de um novo mundo. A tradição, antes sólida, já não explicava o mundo para esses homens que construíam a civilização a passos largos, e a impunha a todos. A ideologia liberal, aliado com os avanços tecnológicos fez do novo o objetivo, a lei. E com esta lei veio a produção em massa aliada ao consumo em massa do Fordismo, e mais tarde o Toyotismo, produzindo mudanças tanto no trabalho como na vida dos homens. “A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais” (MARX e ENGELS, 2001, p.28).

Essas transformações do século XIX foram acentuadas e deram origem ao que Hobsbawm (2003) chama de “O breve século XX”, que vai, segundo o autor, da eclosão da primeira Guerra Mundial, em 1914, ao colapso da URSS, em 1991.

Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política, e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjulgado; uma Europa cujas populações haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial (HOBSBAWM, 2003, p.16).

O eurocentrismo era hegemônico no mundo e o europeu buscava homogeneizar as diferenças do mundo sob sua influência. Porém, após o avanço neo-colonial do fim do século XIX, uma série de más decisões políticas colocaram a Europa em guerra, e por consequência de sua grande influência, o resto do mundo também guerreou.

Segundo Benjamin (2012, p.124), “na época, já se podia notar que os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos”. O homem, com as grandes guerras, chegou a um estado em que toda sua filosofia, toda sua ciência e toda sua tradição não conseguiam dar sentido àquela barbárie, que ganharia dimensões piores na 2ª Guerra Mundial, e o massacre causado pelo totalitarismo fascista. Não havia morfina que cessasse essa dor. A sociedade industrial mostrou a todos que a morte também poderia ser industrializada e vendida, e foi consumida por aqueles que só cumpriam ordens, por aqueles que fecharam os olhos e por aqueles que, depois de todo acontecido, decidiram esquecer. E depois de todo o horror, o mundo de fato estava mais pobre em experiência.

O horror não acabou com as Guerras Mundiais, existindo ainda em forma da ameaça de um novo conflito, com a Guerra Fria, agora nuclear e que poderia causar o apocalipse com o apertar de um botão. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, movimentos de contracultura surgiram, assim como uma grande quantidade de teorias que tentavam explicar o novo mundo cheio de desamparo, ou dar solução a ele (BIRMAN, 2005). Nesse período, algumas drogas, que eram adotadas pelos movimentos de contracultura como um expandir dos sentidos que levariam às portas do novo mundo, passaram a ser produzidas em escala industrial, e separadas de seu significado simbólico original, passaram a tamponar o vazio de pessoas desesperadas por algo novo que curasse as feridas recentes decorrentes das velozes transformações que o mundo sofrera.

Esses homens que antes viviam nos campos, pautando seu trabalho pelo tempo da natureza, passaram por revoluções econômicas e sociais, passaram por duas guerras mundiais, em que a morte e o assassinato atingiram níveis industriais, passaram por anos de prosperidade, crises e recessão econômica, e hoje vivem com pressa nas cidades, subjugando a natureza aos seus desejos – de consumo – e se constituindo vazios e extremamente insatisfeitos diante dessas novas relações. Relações que não são observadas como um movimento histórico de constituição. Vive-se eternamente no instante presente, onde supostamente a vida e a felicidade devem acontecer, mas não acontecem.

Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem (ARENDT, 2011, p.31).

Assim, desamparado por um quadro adequado de referência (tradição) que o situe no mundo e na vida, e que o ajude a transformar suas experiências em conhecimentos, o sujeito prova de um sofrimento sem nome. Algo do desconforto de estar no mundo e não saber o que fazer, da inconciliação entre o desejo e as demandas da cultura e da sociedade. Vários pensadores, a partir do século XIX, teorizando sobre este tema, propõem conceitos como a anomia, de Durkheim, a alienação, de Marx, e o mal-estar na civilização, de Freud. Mazelas causadas pela Modernidade e que puderam encontrar conforto ou intensidade com o consumo de drogas.

Durkheim (2000), em seu estudo sobre o suicídio não chega a nenhuma correlação direta entre o consumo de álcool, os delitos de embriagues, as loucuras alcoólicas e o suicídio. Em alguns pontos da Alemanha e da França, os números de sua pesquisa mostram, inclusive, uma relação inversa entre o consumo de álcool (em litros per capita) e o número de pessoas que se matam, mas sem nenhuma relação de causalidade no levantamento geral. O que mostra que o torpor causado por algumas drogas pode tanto aguçar o tormento quanto oferecer alívio.

Segundo Carneiro (2005), Friedrich Engels e Karl Marx, em várias passagens de seus escritos, identificam o papel do álcool como um consolo inevitável à classe

proletária, a única maneira de suportar a dor da dura e longa jornada laboral, que desde a infância lhe apropriava a força de trabalho.

Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1843, Engel observou a importância do álcool como praticamente o único lazer operário. Em *Introdução à crítica da filosofia do Direito em Hegel*, na qual Marx escreveu a famosa frase a respeito da religião como ópio do povo, ambos fenômenos – a religião e a droga – são vistos como meios de fugir à crueldade da dor da exploração do trabalho, remédios contra o sofrimento e, portanto, não condenáveis em si mesmos, pois seria uma crueldade subtrair dos que sofrem os seus bálsamos e os seus paliativos, devendo-se sim buscar uma situação na qual a ruptura dos grilhões tornem não mais necessárias as flores para adornar e disfarçar estes mesmos grilhões (CARNEIRO, 2005, p.47).

Marx e Engels (2001) também apontam que o excesso de labuta, o excesso de mercadorias e o excesso de produção e consumo são excessos de civilização e esses excessos se tornam pesados demais para as relações entre os homens. Freud (1930), também observa que a civilização causa nos sujeitos sofrimentos e que para se livrar destes o homem adota, em nossa sociedade, o que ele chama de medidas paliativas, para dar conta dos muitos desencantos, decepções e tarefas impossíveis da vida.

Desde sua exploração comercial no século XVIII (tabaco, ópio, chá e vinho) até o narcotráfico e as indústrias farmacêuticas de hoje, o consumo de drogas mudou completamente, assim como o lugar de seu uso na sociedade, como veremos a frente neste trabalho. Esta lógica de consumo se intensifica em meados do século XX, a partir da reestruturação capitalista que se torna neoliberal.

Portanto, do momento em que o trabalho industrial surge, com suas longas e sofridas horas de labuta, até o ponto em que a lógica do trabalho invade a vida privada das pessoas, de modo a entretê-las e aprisiona-las, o sujeito entra na lógica do consumismo, ou seja, da indústria cultural, e dedica toda sua vida à manutenção desse sistema.

CAPÍTULO 02 - Drogas

O modo como o consumo de drogas se dá pelos homens de maneira nenhuma é linear. Cada cultura apresenta diferentes simbolismos e finalidades para essas substâncias. Explorar esses diversos modos de consumo durante a história da humanidade seria um trabalho hercúleo. Para os objetivos deste trabalho, o presente capítulo se organiza em duas partes. A primeira apresenta uma breve história das drogas, reunindo pontos relevantes para a compreensão deste assunto na cultura ocidental, em especial. A segunda parte mostra um cenário mais atual do modo como o assunto é tratado na atualidade.

2.1 – As drogas na história da humanidade

Estima-se que desde antes do homem dominar a agricultura, ele já conhecia os efeitos alucinógenos de algumas plantas e as utilizavam. Contudo, foi da passagem do Paleolítico para o Neolítico que o homem abandona a zoolatria da caça e cria divindades relacionadas ao ciclo da vida e da reprodução, influenciadas pela agricultura e todas as possibilidades que ela oferecia. Portanto não é errado afirmar que desde que o homem é homem ele se relaciona com substâncias psicoativas. A história desse relacionamento passou por tantas mudanças quanto foram as mudanças socio-históricoculturais da própria formação do homem, até a contemporaneidade. Compreender como se dá essa relação atualmente sem olhar para o passado seria fragmentado, pois todas as mudanças ocorridas constituem o que é o objeto hoje, suas características e contradições.

Nas civilizações antigas, o uso de substâncias psicoativas tinha além dos sentidos curativo e recreativo, os sentidos religioso, espiritual ou místico. Associado ao mito, o entorpecimento servia tanto como modo de transcender a realidade e aproximar-se do divino, como forma de compreensão do mundo e forma de aquisição de conhecimento. No Egito Antigo, papiros traduzidos informam que aquele povo detinha um grande conhecimento de síntese química, criando compostos a partir de várias substâncias, entre elas o ópio, o cânhamo, o vinho e a mirra. Entre os diferentes compostos estavam as líquidos embalsamadores e algumas bebidas e incensos sagrados.

Na Grécia Antiga, as substâncias tóxicas eram designadas pelo termo *phármakon* e podiam significar droga curativa, remédio e veneno (RIBEIRO, 2008). Escohotado (1998) chama a atenção para a semelhança entre as palavras gregas *phármakon* e *pharmakós*, nome que se dá à vítima ou objeto do sacrifício. Ambos utilizados em rituais sagrados¹, o *pharmakós* se refere ao sacrifício do tipo oferenda, em que a vida é ofertada à divindade como pagamento ou agradecimento e o *phármakon* se refere ao sacrifício do tipo comunhão, em que a droga psicoativa é usada no ritual, geralmente num contexto de banquete ou orgia, como forma de se aproximar da divindade. Em ambos, fica claro a função catártica do ritual, em que *phármakon* e *pharmakós* são dispositivos projetivos. A semelhança semântica aproxima os sentidos de vida e morte e, ver-se-á no capítulo 4, que tantos estes sentidos quanto sua função expiatória projetiva ainda existem no uso de drogas na atualidade, revestidos de outros simbolismos.

O *phármakon* mais conhecido e utilizado na Grécia Antiga era o suco de uva fermentado, o vinho. Segundo Carneiro (2005), o vinho era para os antigos um modo de desvelar a verdade, “*In vino veritas*”, e por isso um meio de se aferir a moralidade e a capacidade de controlar a si próprio.

Em *Fedra*, Platão adverte que há quatro formas de loucuras (atês), inspiradas por distintos deuses: a de Eros, o amor, é a melhor; mas também há a de Apolo, a loucura profética do transe da pitonista, a das Musas, que é a poesia e, finalmente, a de Dionísio, a embriaguez. O papel do vinho na loucura assume sempre grande importância, por exemplo na passagem da *Odisséia* em que ocorre uma loucura (atê) das bacantes, devido ao vinho, que tem algo de demoníaco. Desde então, sucederam-se doutrinas demonistas, organicistas e morais da loucura, sendo que as duas últimas reservaram um importante papel para o álcool na etiologia das perturbações mentais (CARNEIRO, 2005, p. 21-22).

Percebe-se então que o descumprimento, por meio do uso desmedido do álcool, dos mandamentos inscritos no Templo de Delfos *conhece-te a ti mesmo e nada em excesso*, marcos da filosofia clássica do auto conhecimento e da justa medida, transformam o sentido do *phármakon* de possibilidade de transcendência para a loucura dionisíaca.

¹ Período Adriático.

Em Roma, na sua época imperial, o vinho também apresenta uma visão ambivalente entre o bem beber e a embriaguez. “Mesmo os que condenavam o prazeres carnis, como os estóicos e os cristãos, não chegavam a condenar o vinho em si, mas a embriaguez” (CARNEIRO, 2005, p.21). Em várias passagens da Bíblia, tanto no antigo testamento e em especial no novo testamento é perceptível tal ambivalência em relação ao álcool. O Cântico de Salomão (I, 2-4) compara o prazer do amor e o carinho da pessoa amada aos efeitos e sabores do vinho. Já no Provérbio 31 (1-7), o rei de Massa é aconselhado a não beber vinhos ou licores pois sob o efeito destes seu julgamento seria prejudicado. Contudo, no mesmo provérbio, o mesmo conselheiro recomenda o vinho àquele que tem amarguras no coração, pois bebendo se esquecerá de suas misérias e não se lembrará de suas mágoas.

Várias outras pequenas passagens existem no antigo testamento em que o vinho ora recebe conotação sexual e tentadora, ora aparece como conforto ou celebração. Em Eclesiástico (II, 1-6), por exemplo, o vinho surge identificando toda embriaguez ao pecado da gula e aos prazeres sensíveis. Tal comparação nos remete à construção teórica psicanalítica, que sustenta o prazer da fase oral não superado como uma componente na compreensão do uso abusivo de drogas, como será exposto no capítulo três.

Contudo, Carneiro (2005) chama a atenção para dois casos mais emblemáticos. O primeiro é o de Noé (Gênesis IX, 18-27), que ao sair da arca após o dilúvio, plantou uma vinha, bebeu do vinho, embriagou-se e entrou nu em sua tenda. O seu filho Cam viu a nudez de seu pai e por isso foi amaldiçoado junto com seus descendentes por ele, depois de passada a bebedeira, a serem escravos. A dominação do homem pelo homem e as relações de poder aí estabelecidas teriam sua suposta origem, de acordo com a Bíblia, em uma situação de embriaguez em que estavam presentes os elementos do autoritarismo, do pudor e do incesto.

O segundo caso emblemático em que o vinho aparece na bíblia é no novo testamento, sendo o próprio sangue de Cristo, o Deus na Terra. O vinho já havia aparecido como sendo o primeiro milagre de Jesus, abastecendo abundantemente uma festa. Na última ceia, em comunhão com os apóstolos, não como representação ou simbolismo, mas sendo de fato o sangue do filho de Deus que se sacrificaria por todos os pecadores, o vinho é dividido e exaltado, passando a ser uma bebida sagrada.

O termo droga tem como hipótese de origem mais aceita a derivação da palavra neerlandesa *drogue vate*, que significa ‘barris de coisas secas’ e seu emprego teria sido

registrado, pelo menos, desde o século XIV, com o comércio de especiarias do oriente (VARGAS, 2008). Porém existem outras supostas origens como: *drogia*, do latim; *daruk*, do irânico; *durâwa*, do árabe; e *druko*, do celta.

Na Idade Média, com as cruzadas, houve o acolhimento e a incorporação de alguns elementos da civilização Árabe pelo povo europeu. Dentre esses elementos, Vargas (2008) destaca o forte interesse pelas especiarias como um dos mais importantes. Os sabores e cheiros tão exóticos e diferentes das especiarias proporcionavam ao europeu uma experiência nova em relação ao prazer do paladar, que foi chamada por vários historiadores de “loucura das especiarias”. Loucura pois, além dos motivos religiosos católicos de ‘salvar dos árabes infiéis’ o santo sepulcro, as incursões ao oriente médio passaram a ser uma rentável rota comercial.

Ainda que o uso destes elementos ressaltasse alguma distinção social entre aqueles que tinham condições de adquirir produtos tão caros, a loucura das especiarias se justificou muito mais pelo encanto e fascínio de serem produtos não-europeus, vindos dos confins do oriente, cercados de uma áurea de magia e mistério (VARGAS, 2008). Sobre esse exótico oriente, os europeus projetaram toda gama de sonhos, desejos e utopias. Nesta época surgem na Europa mitos de países distantes com riquezas infinitas, habitados por feiticeiras e magos. O sabá² e outros cultos pagãos também ressoam entre o imaginário popular da Europa ocidental católica do fim da Idade Média, mas outros elementos também iriam perturbar o mundo europeu.

O contato com diferentes costumes e culturas, desde os tempos das invasões bárbaras, fizeram com que o cristianismo desenvolvesse valores morais para controlar a vida de seus adeptos e se manter hegemônico, tanto quanto possível. Nesse contexto, a condenação da usura, do luxo e do consumo dos prazeres, assim como o êxtase obtido por meio do consumo de certas substâncias eram todos condenados como pecado.

Outro argumento em voga na censura aos tóxicos era o da ética cristã medieval da proporcionalidade necessária entre o esforço e a recompensa, segundo a qual não poderia haver bens ou prazeres desproporcionais ao suor derramado para a sua obtenção. Tal lógica não condizia ao prazer sem esforço propiciado pelo consumo de substâncias tóxicas e, portanto, este último consistia em objeto de condenação moral pela mentalidade medieval (RIBEIRO, 2008, p. 12).

² Em meados do século XIV, “emergiu, nos Alpes Ocidentais, para depois se difundir em quase toda Europa, a imagem do sabá, dos encontros noturnos de bruxas e de feiticeiros que chegavam voando em cabos de vassoura, montados na garupa de animais, quando não transformados em bichos, e onde, entre banquetes, danças e orgias sexuais, eram rendidas homenagens ao diabo (VARGAS, 2008, p. 44).

Com o Renascimento, pensadores como Copérnico, Galileu, Bacon e Descartes começaram a fazer o mundo europeu ter uma nova curvatura. Neste período, com o início da mudança da concepção de separação entre mente e corpo, e corpo humano e pessoa humana, surgem os primeiros estudos de anatomia. Começam também, com o alquimista Paracelso, a introdução da química nos conhecimentos de medicina, não mais de maneira acidental e fitoterápica, mas algo mais próximo da farmacologia.

Para Paracelso, as doenças não resultavam do desequilíbrio dos humores ou fluídos corporais, não devendo, portanto, se tratadas mediante dieta, sangrias e purgas; segundo ele, as doenças constituem ‘entidades’ (*ens*) que deviam ser tratadas mediante o emprego de substâncias químicas. Ele postulava ainda que todas as substâncias da natureza podiam exercer influências positivas (e constituir-se, nesse caso, como *essentia*) ou negativas (e tornar-se, nesse caso, *venena*), sendo a diferença entre *essentia* e *venena*, basicamente, um questão de dose, já que *dosis sola facit venenum* (VARGAS, 2008, p.45).

Os conhecimentos da medicina até a era pré-industrial não causavam grande impacto na saúde do europeu, ainda mais quando existia uma população que, em sua maioria, era pobre, passava frio e fome. Camporesi (In VARGAS, 2008, p.46), afirma que os europeus pobres “viviam em um estado de quase permanente torpor ou alucinação provocados pela fome ou pelo consumo de pães adulterados com ervas alucinógenas ou entorpecentes, como a papoula, o cânhamo, o joio e o esporão de centeio”. Além disso, era costumeiro usar chás de plantas entorpecentes para acalmar as crianças desde muito cedo. Não por acaso as bruxas ou seres mágicos eram vistos nas noites entorpecidas e alucinadas dos camponeses, que para lidar com o medo, recorriam mais e mais à estas receitas de calmantes naturais.

Enquanto muitos passavam fome, as grandes navegações, incentivadas pela loucura das especiarias, trouxeram para a Europa os alimentos-droga (VARGAS, 2008), tais como café, açúcar, chás, tabaco, bebidas alcoólicas destiladas e chocolate. Apesar de serem alimentos que num primeiro momento foram considerados de luxo, logo caíram no consumo popular devido aos seus efeitos apropriados ao cenário sócio-histórico.

A crescente demanda ocidental por esses ‘alimentos-droga’ obedece a certas razões de ordem prática que convém destacar: enquanto as bebidas quentes, leves, estimulantes e não alcoólicas (...) se

conformam com os ditames do capitalismo emergente e seus reclamos por sobriedade, racionalidade e disciplina no trabalho, o tabaco e as bebidas alcoólicas destiladas tornam mais suportáveis a crescente (o)pressão disciplinar e as precárias condições de vida que se abatem sobre os mais pobres ao entorpecê-los. Enquanto isso, o açúcar, rico em calorias, além de fornecer energia indispensável para o trabalho, adoça tudo aquilo com que ele se mistura...(VARGAS, 2008, p.48).

O modo de produção capitalista, desde seu surgimento, estabelece profundas relações com o consumo de drogas. Tanto o consumo quanto o lucro passam a ser valorizados, e a partir das relações comerciais com as terras além-mar, o termo citado acima, *drogue vate*, é disseminado se referindo aos barris de produtos secos, transportados pelo comércio marítimo. Contudo, neste período a droga que mais causava algum tipo de preocupação moral ainda era o álcool. A embriaguez era vista, pelos filósofos racionalistas, como uma ameaça à integridade do governo e à todas formas hierárquicas que estruturavam o exercício do poder por perturbar o juízo crítico da razão.

Na *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert, escrita no ano de 1772, o verbete vinho afirmava que “a embriaguez é um erro contra o qual deve-se estar sempre alerta; é uma violação da lei natural que nos manda preservar a razão” (In CARNEIRO, 2005, p.23). O filósofo Immanuel Kant também condenava a embriaguez, assim como toda forma de gozo que embotavam os sentidos. Para o filósofo, todo gozo deveria submeter-se à poupança, pois o adiamento do prazer permite poder sobre ele, e por isso o beber deveria ser algo contido e raro. Já Nietzsche e Goethe apresentavam outra postura, festejando a embriaguez e marcando-a como uma energia passional dos homens (CARNEIRO, 2005).

Contudo, o ponto de maior importância da mudança de paradigma sobre as drogas surgiu com a evolução da medicina, entre os séculos XVIII e XIX. Até esta data inicial, o saber da medicina era incipiente e impotente para a realização de seu projeto, sendo formado apenas de teorias sobre a saúde e o recente conhecimento de anatomia. A primeira grande invenção terapêutica que realmente salvou um grande número de vidas foi a prática da vacinação³. A síntese química de substâncias com poder sobre o corpo humano, aliado ao conhecimento de microbiologia foi o motor de arranque da medicina moderna (VARGAS, 2008).

³ A primeira vacina criada, em 1796, foi contra a varíola, pelo cientista Edward Jenner.

O surgimento dos fármacos propiciou, num primeiro momento a imunização contra doenças, combate a infecções e o anestesiamento da dor. Aliados ao conhecimento de anatomia, a anestesia e a penicilina permitiram um grande avanço na área cirúrgica e na intervenção médica nos corpos.

Como se sabe, a medicina experimental (...) é inseparável do desenvolvimento, quer das sociedades científicas, quer das sociedades industriais. Mais amplamente, a invasão farmacêutica é parte constituinte de um processo mais amplo de medicalização dos corpos e da vida, processo esse contemporâneo ao desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do século XIX (VARGAS, 2008, p.51)

É importante ressaltar que os avanços médicos devido a influência da química foram acompanhados também de prejuízos. Além da dependência causada por algumas substâncias, pode-se citar também os casos de resistência de microrganismos frente a alguns antibióticos que geram a acirrada reprodução destes, principalmente nos primeiros pós-operatórios. Tem-se também as interações não esperadas, como no caso da Talidomida, remédio para enjoo que causava deformação dos fetos em mulheres grávidas. Os efeitos nocivos que decorrem das intervenções médicas julgadas adequadas recebem o nome de iatrogênese. A invasão farmacológica na vida cotidiana das pessoas é considerada uma iatrogênese e revela a contradição apontada por Foucault (apud VARGAS, 2008, p.53): “quanto melhor se sabe defender e proteger o organismo, mais ele fica exposto e desprotegido”.

A farmacologia ganhou grande importância em nossa sociedade de consumo e logo se tornou o mais rentável ramo industrial e comercial. Com isto, surgiu também a necessidade de se proteger o mercado. Associado a isto, tem-se também, desde o último terço do século XIX, as tensões sociais que vinculam o uso de algumas drogas a minorias, imigrantes e marginais e as pressões dos movimentos proibicionistas em uma conexão que ganha força com a ascensão dos Estados Unidos ao estatuto de grande potência planetária com a Doutrina Monroe e a teoria do Destino Manifesto aplicadas pelo Corolário Roosevelt⁴.

⁴ A Doutrina Monroe e a Teoria do Destino Manifesto foram as bases ideológicas do expansionismo norte-americano no governo Roosevelt (1901-1909) para que eles assumissem a tutela auto-proclamada de toda a América e do Pacífico, podendo inclusive intervir militarmente para garantir seus interesses políticos e econômicos.

Há cerca de um século praticamente nenhuma droga, de uso medicamentoso ou não, era objeto de controle, quanto mais sujeita à criminalização. No entanto, ao longo do século XX, praticamente todos os países do mundo viriam a implementar políticas mais ou menos repressivas em torno do uso de certas drogas (VARGAS, 2008, p.54).

A distinção entre droga lícita e ilícita acompanha de maneira próxima a distinção entre os termos fármaco e drogas. Foram os saberes médico-farmacológico os utilizados para sustentar cientificamente⁵ as políticas de repressão e proibição internacionais de uma grande maioria de drogas psicoativas de uso não médico, exceto o álcool etílico e o tabaco. As práticas jurídicas dos países trataram de ajustar sua legislação para acompanhar o controle internacional compulsório cooperativo, promulgado por órgãos como as Nações Unidas e a Organização Mundial de Saúde.

É importante marcar que mesmo as bebidas alcoólicas foram proibidas nos Estados Unidos de 1920 a 1933. O intuito desta proibição, de cunho moralista e religioso, era diminuir a violência e a ociosidade, defendendo valores tradicionais como a família e o trabalho. Contudo, o que se experimentou foi um grande aumento da violência, pois a vontade de consumir álcool do americanos não cessou e nem diminuiu devido a proibição e por isso eles passaram a recorrer a fornecedores ilegais. Como não havia nenhum tipo de fiscalização ou regulamentação, a qualidade das bebidas era duvidosa e os traficantes usavam da violência para manter e proteger seu mercado, assim como hoje. Para continuar consumindo, usuário de bebidas alcoólicas tinham que se submeter às regras da clandestinidade e pagavam caro por isso. Como o mercado negro movimentava grandes quantidades de dinheiro, logo a polícia e alguns governantes também se envolveram nos esquemas de venda ilegal de álcool. Por fim, a experiencia se mostrou desastrosa e com quase nenhum benefício.

Em 1971, Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, declarou guerra às drogas, colocando o abuso de drogas como o inimigo público número um dos Estados Unidos. Os efeitos desta ainda atual guerra às drogas se mostram mais danosos que a lei seca americana pois, além de tomar proporções mundiais, em seus mais de quarenta anos já se mostrou ineficaz e geradora de violência e segregação.

Percebe-se, portanto, que a distinção entre drogas lícita e ilícitas ou fármacos e drogas é política e constituída historicamente. Mesmo com a proibição de algumas

⁵ As pesquisas científicas dos primeiros 60 anos do século XX, utilizadas para comprovar o suposto mau causado por algumas drogas, foram quase todas revistas devido às suas falhas metodológicas. Contudo, ainda hoje os seus resultados ainda são usados como argumentos para o discurso proibicionista.

substâncias, as relações que a sociedade contemporânea mantém com as drogas é ambivalente, marcada pela repressão violenta por um lado e pela incitação hedonista ao consumo por outro.

Por conta disso, creio ser possível afirmar, seguindo uma sugestão de Perlongher, que tais relações configuram uma espécie de *dispositivos das drogas*, num sentido próximo ao que Foucault estabeleceu para o ‘dispositivo da sexualidade’. Problema de repressão e de incitação, a droga, tal como o sexo, não existiu desde sempre, sendo uma intervenção social relativamente recente. De fato, mais do que se apropriar da experiência do consumo de drogas, o que as sociedades contemporâneas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das drogas: mais remotamente, com a loucura das especiarias e, mas recentemente, com o duplo processo da invasão farmacêutica e da criminalização das drogas assim tornadas ilícitas (VARGAS, 2008, p.55).

Tendo contextualizado historicamente o percurso do uso de drogas, parte-se para sua análise e visão na atualidade.

2.2 - As drogas na atualidade

O consumo, produção e comercialização de drogas atualmente é uma das atividades que mais giram capital e investimentos no mundo, sejam essas drogas lícitas ou ilícitas. Todo ser humano que vive em área urbana provavelmente já teve contato com alguma ou algumas dessas substâncias, seja por necessidade ou diversão. Não é a toa que várias agências internacionais investigam este ciclo (consumo, produção e comercialização) e tentam reprimir aqueles que o fazem por vias ilegais e regulamentar os que são legalizados.

A Organização Mundial de Saúde – OMS (1994), em seu Dicionário dos termos sobre drogas e álcool⁶, ao definir drogas, estabelece a diferença existente nos diversos campos para esta palavra. Na Medicina, se refere a qualquer substância com o potencial de prevenir ou curar doenças, ou melhorar o bem-estar físico ou mental. Na Farmacologia, é qualquer agente químico que altera os processos bioquímicos ou fisiológicos dos tecidos ou dos organismos. No uso comum, diz-se que o termo drogas

⁶ Livre tradução.

se refere, genericamente às substâncias psicoativas, e frequentemente, e mais especificamente às drogas ilícitas, quando não utilizadas para fins médicos.

Ainda no mesmo dicionário, drogas psicoativas são conceituadas como substâncias que, quando ingeridas, afetam os processos mentais, a cognição e os afetos. “Este termo, e o seu equivalente, drogas psicotrópicas, são os termos mais neutros e descritivos para toda uma classe de substâncias, lícitas e ilícitas, de interesse policial”⁷ (OMS, 1994, p. 53). Contudo, é ressaltado que o léxico psicotrópico ou psicoativo não significa causa necessária de dependência.

As drogas também podem ser divididas pelo modo como afetam as atividades do sistema nervoso central – SNC: depressoras, estimulantes ou perturbadoras. Tem-se como exemplo de drogas depressoras das atividades do SNC o álcool, os calmantes, os ansiolíticos, os opiáceos, os solventes, entre outros. Como exemplo de drogas estimulantes das atividades do SNC podemos citar as anfetaminas, a cafeína e a cocaína e seus subprodutos. As drogas que perturbam as atividades do SNC são a maconha, o LSD, o êxtase, os chás alucinógenos, assim como vários outros.

Existem diferentes padrões de uso de drogas, para os diferentes fins a que se propõem. Segundo o CID-10 – Classificação Internacional de Doenças, e o DSM-IV⁸ – Manual Diagnóstico e Estatístico, que são os mais conceituados manuais de referência de diagnóstico médico, o uso de drogas se divide em intoxicação, abuso ou uso nocivo e dependência. Esses padrões não dizem respeito somente à frequência e a quantidade de drogas usada, mas também envolvem aspectos comportamentais, cognitivos e fisiológicos. Deve-se levar em conta os prejuízos sociais e biológicos causados pelo padrão de uso de drogas, a dificuldade de cessar o uso, a falta de interesse em outras atividades que não seja o uso de drogas e a tolerância desenvolvida pelo corpo, o que culmina num aumento significativo da dosagem para a obtenção de prazer.

A intoxicação aguda, o abuso e a dependência são doenças amplamente reconhecidas e devem ser tratadas pois a evolução dos casos pode levar a morte de maneira direta (overdoses) ou indireta (comportamentos de risco). Existem atualmente dois paradigmas principais em relação ao tratamento da dependência química. O primeiro e mais antigo é o paradigma da Abstinência, em que o sujeito tem como única

⁷ Livre tradução.

⁸ A versão IV será usada neste trabalho em vez de a versão V devido à pouca aceitação acadêmica e profissional desta nova edição.

opção cessar totalmente o consumo de drogas e para isso usa-se a internação para impedir que esse sujeito se drogue. Pautado no modelo de saúde pública hospitalocêntrico médico-curativo, com um conceito de saúde bio-médico, a internação que visava a abstinência foi por muito tempo a única metodologia de tratamento da dependência química. Quer seja de maneira séria, em que o indivíduo é internado por alguns meses em uma clínica de reabilitação com profissionais capacitados, ou quer seja de maneira irresponsável, onde o indivíduo é preso em um manicômio e esquecido por sua família por ser fonte de problemas devido ao uso de drogas, a retirada do sujeito de seu meio social, seu isolamento em um lugar sem nenhum acesso às drogas e o controle dos sintomas de abstinência por meio de intervenção medicamentosa, desumaniza a pessoa que usa drogas, criando uma realidade artificial. Não por acaso, os índices de recaídas após os períodos longos de internação são altíssimos. Deve-se ressaltar contudo, que além da internação de longa duração, existe a internação de curta duração, em hospitais gerais, com a finalidade de desintoxicação e recuperação do estado geral de saúde. Este é um recurso disponível para o atendimento de urgência do paciente dependente químico e seu tratamento não deve se limitar a esta intervenção.

O segundo paradigma é a Redução de Danos. Mais recente, datado de 1926, teve seu início na Inglaterra, quando um grupo de médicos sugeriu a prescrição de morfina e cocaína para dependentes químicos com o intuito de combater os sintomas de abstinência. Essa prática foi proibida pouco tempo depois. Entre 1986 e 1987, devido a grande incidência de Aids entre os usuários de heroína, novas práticas de redução de danos surgiram em centros médicos, na Holanda, que começaram a distribuição de agulhas e seringas descartáveis, como forma de combate a contaminação por estes meios (POLLO-ARAÚJO e MOREIRA, 2008). A Redução de Danos hoje é uma política ou estratégia de saúde pública muito mais ampla que sua prática inicial de troca de seringas e distribuição de preservativos. A política de redução de danos busca minimizar as consequências adversas de natureza biológica, social e econômica do consumo de drogas, sem que haja a necessidade de o sujeito parar ou mesmo diminuir a frequência do uso de drogas (POLLO-ARAÚJO e MOREIRA, 2008 e BITTENCOURT e SOUZA, 2011). Em 2004, a Redução de Danos passou a ser adotada como estratégia oficial da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, lançado pelo Ministério da Saúde. Apoiado no conceito de saúde biopsicossocial, o tratamento para a dependência química acontece de maneira multidisciplinar e descentralizado,

intervindo no sujeito em interação com seu meio social, sua família, amigos, vizinhos. Para isso, o centro de saúde deve, idealmente, estar localizado perto de onde vive o sujeito com problemas com as drogas. No caso, o centro em questão seria o CAPS ad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Contudo, toda a rede de saúde pública deve estar preparada para receber a pessoas dependente química, pautados pelos preceitos da Redução de Danos.

Quando para a finalidade de realização de pesquisas de levantamentos de incidência e prevalência do uso de drogas em alguma parcela da população, em especial os realizados no Brasil na última década, costuma-se usar como padrões de uso os índices oferecidos pela Organização Mundial de saúde – OMS, *Na vida* – quando a pessoa fez uso de qualquer droga psicotrópica pelo menos uma vez na vida, *No ano* – quando a pessoa utilizou drogas psicotrópicas pelo menos uma vez nos últimos doze meses que antecederam a pesquisa, *No mês* – quando a pessoa utilizou drogas psicotrópicas pela menos uma vez nos últimos trinta dias que antecederam a pesquisa. A realização destes levantamentos tem sido prática comum e incentivada pela SENAD – Secretaria Nacional Anti Drogas. Segundo Duarte, Stempliuk e Barroso (2009, p.11)

a Política Nacional Sobre Drogas – PNAD define dentre suas diretrizes e objetivos, a necessidade de garantir rigor metodológico à atividades de redução da demanda, da oferta e dos danos associados ao uso de drogas; e preconiza a realização sistemática de estudos e pesquisas na área, como forma de atingir esse objetivo.

Os levantamentos nacionais mantêm diálogo com os levantamentos e relatórios internacionais, como o realizado anualmente pela United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC. Essas pesquisas, levantamentos e relatórios produzidos por entidades oficiais dos Governos, ou que os representam, demonstram claramente o posicionamento majoritário do mundo em relação ao consumo de drogas, ao tráfico e ao combate contra as mesmas. As drogas presentes nestes relatórios são, em sua maioria, as drogas ilícitas, mas também estão presentes o álcool, o tabaco e vários medicamentos. Para fins de ilustração, foram escolhidos os três levantamentos mais recentes presentes nos sites da SENAD e do Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID⁹.

⁹ <http://www.cebrid.epm.br/index.php> e <http://portal.mj.gov.br/senad/main.asp?View={22024F74-40A2-4573-87C0-8BDE5C42F8EB}> «acessado em 08 de abril de 2014, as 11:11 horas»

No II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil (CARLINI et al, 2006), dos 7.939 entrevistados nas 108 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, o uso de maconha [8,8% – 2,6% – 1,9%], solventes [6,1% – 1,2% – 0,4%] e benzodiazepínicos [5,6% – 2,1% – 1,3%] tiveram a maior porcentagem de uso na vida, no ano e no mês¹⁰, respectivamente, depois do álcool [74,6% - 49,8% - 38,3%] e do tabaco [44,0% - 19,2% - 18,4%]. O uso de crack ficou em 0,7% – 0,1% – 0,1%. Estima-se com este trabalho que 22,8% da população entre 12 e 65 anos de idade já experimentou drogas psicotrópicas, desconsiderando álcool e tabaco.

O estudo de Carlini et al (2006) mostra que houve um aumento da porcentagem do uso - categoria *na vida* – para a maconha, benzodiazepínicos, estimulantes, solventes e cocaína. Segundo a enquete realizada, 65,1% dos entrevistados responderam que achavam que era muito fácil conseguir maconha, 51,1% achavam muito fácil conseguir cocaína e 43,9% acreditavam ser muito fácil conseguir crack. A mesma pesquisa aponta que 18,5% já viram alguém traficando drogas em sua vizinhança.

No VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental¹¹ e médio das redes pública e privada de ensino das 27 capitais brasileiras (CARLINI et al, 2010), dos 50.890 entrevistados, o uso de maconha [5,7% – 3,7% – 2,0%], cocaína [2,5% – 1,8% - 1,0%] e crack [0,6% – 0,4% – 0,3%] tiveram a maior porcentagem de uso na vida, no ano e no mês respectivamente, depois do álcool [60,5% - 43,4% - 21,1%] e do tabaco [16,9% - 9,6% - 5,5%]. Experimentaram alguma droga na vida 25,5% dos entrevistados, excluindo álcool e tabaco.

O estudo de Carlini et al (2010), aponta que cerca de 5,0% dos alunos entrevistados experimentaram alguma droga psicotrópica antes dos 10 anos de idade. Apesar de que algumas das drogas experimentadas podem ser medicamentos como ansiolíticos benzodiazepínicos ou anfetamínicos anoréticos, permitido no Brasil para crianças de forma controlada, ainda sim é um dado preocupante. Outros dados que chamam a atenção são a faixa etária que apresenta maior uso ser de 16 a 18 anos e a faixa de 10 a 12 anos já relataram uso de 10,4% na vida, 5,4% no ano e 2,7% no mês.

¹⁰ Os valores em porcentagem dentro das chaves se referem, respectivamente ao uso na vida, uso no ano e uso no mês, em todas os levantamentos citados neste trabalho.

¹¹ A partir do 6º ano.

Ainda aparece no estudo que a porcentagem de alunos das escolas privadas usando drogas em geral é maior que dos alunos de escola pública, quando avaliado por três tipos de uso (na vida, no ano e no mês). Contudo, esta pesquisa ainda usa dois outros tipos de uso: o *frequente* e o *pesado*. Nas escolas públicas o índice de uso pesado é mais alto nas escolas particulares. Pode-se ler esse dado como que apresentam, em maior frequência, problemas com as drogas, os alunos de escolas públicas.

No I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras (ANDRADE, DUARTE e OLIVEIRA, 2010), constatou-se que as drogas mais consumidas na vida, no mês e no ano eram a maconha/haxixe/skank [26,1% - 13,8% - 9,1%], os inalantes e solventes [20,4% - 6,5% - 2,9%] e cocaína em pó [7,7% - 3% - 1,8%], depois do álcool [86,2% - 72% - 60,5%] e do tabaco [46,7% - 27,8% - 21,6%]. O uso de crack entre universitário ficou em 1,2% na vida, 0,2% no ano e 0,2% no mês. Segundo esta pesquisa, 48,7% dos entrevistados já haviam experimentado alguma droga ilícita.

O uso de drogas entre os universitários é maior comparado com a média da população geral para todas as drogas, sendo que as que mais se destacam são a maconha, os solventes e inalantes, a cocaína em pó, os tranquilizantes e ansiolíticos e os esteroides anabolizantes (ANDRADE, DUARTE e OLIVEIRA, 2010). Segundo os pesquisadores, o dado que mais chama a atenção nesta pesquisa é a alta porcentagem de estudantes que fazem uso frequente de álcool, acarretando diversos problemas biopsicossociais. De acordo com Duarte, Stempliuk e Barroso (2009, p.346),

No levantamento de dados, no ano de 2007, 4,3 óbitos por 100.000 habitantes no Brasil são relacionados ao uso de drogas. As taxas de mortalidade associadas ao uso de drogas mostram que o álcool é associado a cerca de 90% das mortes. Assim, o álcool seria responsável pela morte de 3,9 pessoas em cada 100.000 habitantes no Brasil.

Esses números referem-se somente ao óbitos cujas causas básicas foram envenenamento (intoxicação) ou transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas, notificados no sistemas SIM (Sistemas de Informação sobre Mortalidade), no período de 2001 a 2007. Se fossem considerados os números de mortes causados por acidentes automotivos de motoristas embriagados e assassinatos com origem ligadas ao narcotráfico e ao seu combate pelas forças de repressão, esse índice seria bem maior.

No relatório feito por Duarte, Stempliuk e Barroso (2009, p.283), analisando os dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, foi constatado que

o número de ocorrências por posse para uso de drogas ilegais, foi de 53.168 em 2004, 46.940 em 2005, 56.108 em 2006 e 51.608 em 2007 (...) Com relação ao crime de tráfico de drogas, os totais de ocorrência são de 31.368 em 2004, 35.110 em 2005, 40.941 em 2006 e 47.747 em 2007, o que mostra que houve aumento no número de ocorrências de crime de tráfico de drogas no período avaliado.

Já no Relatório Mundial sobre Drogas de 2013 da UNODC (2013), são apresentados dados que mostram que apesar da apreensão de cocaína ter diminuído no Brasil de 2011 para 2013, o seu uso aumentou mais que a média global. Contudo, este relatório apresenta uma visão bastante conservadora e em sua análise, apesar de citar a preocupação com a saúde pública, foca-se principalmente nos números do mercado de drogas ilícitas, pontuando países produtores, consumidores e atravessadores. Este relatório mostra também um aumento na produção e no consumo de novas drogas psicoativas, que apesar de serem ilícitas ainda, também não estão sob o controle internacional. Sobre as drogas lícitas como álcool, tabaco ou medicamentos, esse relatório internacional nada fala.

Em 2009, a UNODC já havia produzido um documento intitulado “Da coerção a coesão: tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde e não da punição” (UNODC, 2010), propondo aos sistemas judiciários dos países que compõe as Nações Unidas o incentivo ao tratamento, voluntário ou compulsório, para o dependente químico envolvido com alguma atividade criminosa, em especial, o tráfico de drogas. A publicação deste documento reflete uma tendência mundial de reavaliar a guerra às drogas, que teve seu início na década de 1930, e se intensificou a partir da década de 1960/70 (CARNEIRO, 2005). Gasta-se, no combate ao narcotráfico, quantias colossais de dinheiro que não necessariamente refletem numa diminuição significativa do uso e comércio de drogas psicoativas. Pelo contrário, observa-se pelos índices expostos acima que o consumo de drogas tem aumentado. Pensando sobre a inutilidade desta política cara de combate às drogas, alguns países têm investido na descriminalização do uso de drogas ou na legalização da produção, distribuição e consumo da maconha, droga ilícita de maior consumo mundial. Essa medida propõem o controle da qualidade de produção e a adequada tributação em relação a comercialização da droga, aliada com projetos de

educação sobre o uso consciente de drogas em geral, medida alinhada com o paradigma da redução de danos.

No Brasil, já é discutido na Câmara dos Deputados projetos sobre a legalização da produção e consumo da maconha. Entretanto, a droga de maior atenção da mídia e das forças policiais no Brasil é o crack. Das várias leis e decretos criados pelo governo federal que compõe Política Nacional sobre Drogas, destacam-se as seguintes: Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências (BRASIL, 2006);

Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010 que “Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu comitê gestor e dá outras providências” (BRASIL, 2010). Sobre a lei 11.343/06, que substituiu a lei nº 6.368/76, Karam (2008) ressalta que essa alteração não trouxe nenhuma mudança substancial, pois como acontecia com a anterior, suas regras ainda seguem as diretrizes dadas pelas proibicionistas convenções internacionais da ONU de que o Brasil é signatário. São estas a Convenção Única sobre entorpecentes, de 1961, o Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971, e a Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988.

Em decorrência destas leis, foi criado no Brasil o programa Crack: É possível Vencer, do governo federal. O Programa conta com três eixos principais: Prevenção – com foco na capacitação de profissionais das áreas da educação e do serviço social para disseminar informações sobre o crack e outras drogas, Cuidado – com foco nos serviços de saúde, visando oferecer tratamento adequado aos dependentes químicos, e Autoridade – com o objetivo de reduzir a oferta de drogas ilícitas no Brasil. É importante notar que o eixo correspondente a intervenção policial é chamado de Autoridade, fazendo uso da força e da repressão, revelando seu autoritarismo.

A ênfase no crack, especificamente, se deve a uma série de informações falsas disseminadas sobre os efeitos do mesmo, o seu poder viciante e os malefícios causados, tanto biológicos quanto sociais. Falava-se em uma epidemia de crack no Brasil. Dizia-se

que o uso desta droga crescia vertiginosamente, tomava os centros das grandes metrópoles e chegava com força nas cidades do interior. Em uma recente pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ (2013a e 2013b), em que se traçou a estimativa do número de usuários de crack no Brasil, assim com o perfil dos mesmos, foi desmentido o caráter epidêmico do crack. Esta não-epidemia já podia ser percebida indiretamente por meio dos levantamentos de Carlini et al (2006 e 2010) e Andrade, Duarte e Oliveira (2010), mas o estudo na FIOCRUZ foi o primeiro a concentrar-se somente em usuários das formas fumadas da cocaína, o crack, a merla e o oxi.

O estudo, realizado nas 27 capitais brasileiras, chegou ao resultado de 370 mil pessoas fumantes regulares de derivados da cocaína (crack, merla e oxi), sendo que este número representa 35% dos usuários de drogas ilícitas, com exceção da maconha (FIOCRUZ, 2013b). O perfil destes usuários é de média de 30 anos de idade, 78,7% são homens, 80% se declararam de cor não-branca, 60,9% são solteiros, 55% cursaram até da 4ª a 8ª série do ensino fundamental. Como forma de obtenção de dinheiro, 64,9% afirmaram que trabalham por conta própria, como autônomos ou em trabalhos esporádicos e 9,0% declararam obter dinheiro por meio de atividades ilícitas. Foi acusada como maior motivação subjacente ao consumo, 58,3%, a curiosidade sobre o efeito da droga ou o fato de ter ganhado a droga de alguém e 29,2% apontaram como motivação perdas afetivas, problemas familiares ou violência sexual. Apesar do histórico criminal dos entrevistados não ter sido objeto central da pesquisa, observou-se que quase a metade dos usuários de crack e similares já havia sido preso pelo menos uma vez na vida (FIOCRUZ, 2013a).

Portanto, percebe-se que a maioria dos usuários de crack vive em uma situação social delicada, com baixa renda, pouca educação formal e histórico de prisões, tendo que fazer parte do comércio ilegal para conseguir sua droga. Não se pode afirmar que essa situação é decorrente somente de suas escolhas influenciadas pelo vício e pela fissura¹² de se conseguir mais uma pedra de crack, pois a maioria dos usuários parecem vir de um contexto social complicado. Entende-se que a vulnerabilidade social é um dos motivos que torna o crack tão atraente. Além disso, a pesquisa realizada por Hart, Haney, Foltin e Fischman (2000) mostra que o comportamento da pessoa viciada em

¹² Termo que designa o forte desejo de utilizar drogas, frequentemente suscitado após curto período de abstinência.

crack é sensível às mudanças ambientais¹³ que eles entendam como recompensas, quebrando assim o mito de que o viciado em crack orientada todas as suas escolhas para a obtenção da próxima dose.

Um outro estudo importante para uma melhor compreensão do poder viciante das drogas e dos seus efeitos sobre capacidade de escolha dos indivíduos foi realizado por Alexander, Coombs e Hadaway (1978). Neste estudo, intrigados pela metodologia utilizada nos estudos de dependência química com cobaias, os pesquisadores decidiram mudar o ambiente padrão e verificaram que este é um determinante numa maior ou menor dependência química, mudando assim o paradigma de que o poder viciante era da substância química em si. As cobaias, que nas pesquisas em geral ficavam isoladas em gaiolas pequenas que limitavam sua mobilidade e anulavam sua sociabilidade, nesta pesquisa ficaram em um ambiente apelidado de ratolândia. A ratolândia era um espaço grande, de 8,8 metros quadrados, coberto por serragem aromática, em que várias cobaias de ambos os sexos, em idade reprodutiva conviviam com espaço e materiais para brincarem, se exercitarem, se reproduzirem, brigarem, enfim, levavam um vida o mais parecida possível com seu habitat natural. O grupo de cobaias que viviam na ratolândia passou pela mesma exposição à ingestão de morfina que o grupo controle de cobaias que viviam nas tradicionais gaiolas (18 x 25 x 18cm). Como resultado, as cobaias das gaiolas consumiam até 19 vezes mais morfina do que as cobaias da ratolândia, que aparentemente preferiam manter sua vida social do que se drogarem.

Em um outro estudo, Alexander et al (1981) utilizou cobaias já induzidas ao vício de morfina e as separou em dois grupos, como no estudo anterior. A intenção era verificar os efeitos do meio ambiente nos sintomas de abstinência em cobaias fisicamente dependentes de morfina. Neste estudo, haviam dias de escolha em que a cobaia poderia optar por ingerir água pura ou a solução líquida com morfina. As cobaias das gaiolas continuaram a usar drogas nos dias de escolha e até aumentaram o seu consumo nestes dias. Já as cobaias da ratolândia, apesar de estarem apresentando sintomas físicos de abstinência, diminuíram, comparativamente, a ingestão de morfina nos dias de escolha.

¹³ No experimento em questão, Hart e seus associados convidaram alguns voluntários viciados em crack para permanecer por algumas semanas vivendo no laboratório. Eram oferecidos aos voluntários várias doses de crack farmacologicamente produzidos durante o dia, e eles tinham a oportunidade de trocar as doses por vouchers de US\$ 5,00. Com este valor, em média metade das doses eram trocadas por dinheiro. Quanto mais o valor do voucher subia, maior a quantidade de doses eram trocados por dinheiro.

Estes dois estudos, apesar de não terem sido aceitos nos principais periódicos científicos da época, hoje são reconhecidos e considerados importantes no avanço da compreensão da dependência química. Pensava-se anteriormente, que a droga em si tinha um poder de sedução e de gerar dependência pela simples exposição a ela. Baseado nesse tipo de pensamento, erigiram-se guerras aos narcóticos, como eram chamados as drogas psicotrópicas na época, seus produtores e seus comerciantes. Hoje, a percepção de que a dependência química é uma consequência multideterminada de questões individuais e sociais tem ganhado força e vários estudos são realizados, assim como este, para compreender melhor esse fenômeno que é o uso de drogas em nossa sociedade.

CAPÍTULO 03 – O Sujeito Psíquico

Nos capítulos anteriores foi dissertado sobre a história da Modernidade e história das drogas. Para compreender o consumo de drogas é ainda preciso entender quem é o sujeito que consome e como é formada sua subjetividade. A ideia de um homem inteiro, indivisível e integrado se mostra pouco crível em uma análise mais aprofundada. O sujeito participa de vários grupos, organizações e instituições que fazem sua mediação com a sociedade. Ele é também formado por várias partes e recebe diferentes influências de diversos lugares.

A definição do homem como pessoa implica que, no âmbito das condições sociais em que vive e antes de ter consciência de si, o homem deve sempre representar determinados papéis como semelhante de outros. Em consequência desses papéis e em relação com seus semelhantes, ele é o que é: filho de uma mãe, aluno de um professor, membro de uma tribo, praticante de uma profissão. Assim, essas relações não são, para ele, algo extrínseco mas relações em que se determina a seu próprio respeito, como filho, aluno ou o que for. Quem quisesse prescindir desse caráter funcional da pessoa, para procurar em cada um o seu significado único e absoluto, não conseguiria chegar ao indivíduo puro, em sua singularidade indefinível, mas apenas a um ponto de referência sumamente abstrato que, por seu turno, adquiriria significado em relação ao contexto social, entendido como princípio abstrato da unidade da sociedade. Inclusivamente, a pessoa é, como entidade biográfica, uma categoria social. Ela só se define em sua correlação vital com outras pessoas, o que constitui, precisamente, o seu caráter social. A sua vida só adquire sentido nessa correlação, em condições sociais específicas; e só em relação ao contexto é que a máscara social do personagem também é um indivíduo (HORKHEIMER e ADORNO, 1959, p.48).

O homem é, portanto, um ser de relações e somente nas relações ele é homem. Por motivos de investigação, divide-se didaticamente neste trabalho a análise do contexto histórico da sociedade, a análise das características da sociedade de consumo e constituição do psiquismo para chegar-se ao objetivo: entender o consumo de drogas na sociedade contemporânea. Essas relações, pode-se perceber, não se referem somente a sua porção externa ou interna, social ou individual, mas a ambas. Com a psicanálise, passou-se a considerar que o indivíduo, antes indivisível, e senhor de si, é na verdade cindido, e as partes de sua estrutura psíquica mantêm relações entre si e com a exterioridade.

3.1 – Freud e as drogas

Freud, antes de se dedicar aos estudos sobre a histeria e criar a psicanálise, conduzia pesquisas médicas no campo da fisiologia, pautado pelos ideais de cientificidade do século XIX. Dentre seus tópicos de estudo estavam presentes as *Unterdrückung*, ou supressão tóxica, termo utilizado pelo pesquisador para referir-se aos efeitos oriundos das práticas de intoxicação. Segundo Ribeiro (2008), em um levantamento sobre a temática das substâncias tóxicas na obra de Freud, desde o princípio, o pai da psicanálise apresentava um posicionamento oposto ao da psiquiatria da época, em relação ao estudo da cocaína. De acordo com Eschothado (1998), em 1884, Freud publicara uma monografia intitulada *Über Coca*, em que apresentava um estudo a cerca da história da utilização da cocaína, seus efeitos e sua difusão na América e Europa. Esta substância, que havia tido seu princípio ativo isolado em 1859 pelo químico austríaco Albert Niemann (CARNEIRO, 2005), era apontada pela psiquiatria como causadora de alguma lesão funcional em seus usuários, porém Freud não só fez uso dela como a recomendou para alguns amigos e para sua noiva. No total, Freud publicou cinco artigos sobre seus estudos com a cocaína, sendo que no último admite ter errado ao recomendar doses subcutâneas da droga para combater o vício em ópio.

Desde os primeiros escritos pré-psicanalíticos, a saber, nas cartas trocadas com Wilhem Fliess, Freud apontava para o caráter sexual do vício, comparando os efeitos da cocaína ao que ele chama de hipótese substancialista da libido, em que ambas produziriam um efeito econômico de poupar energia, pensamento esse que exerce influência na criação da psicanálise (RIBEIRO, 2008). Em 1887, Freud (1887/1996, p.323) escreve a Fliess: “Comecei a compreender que a masturbação é o grande hábito, o ‘vício primário’, e que é somente como sucedâneo e substituto dela que outros vícios – álcool, morfina, tabaco etc – adquirem existência”, perspectiva reafirmada por Freud em vários outros textos, segundo Ribeiro (2008).

À medida que Freud inicia os escritos psicanalíticos e vai se afastando da fisiologia, ele abandona as considerações sobre a base tóxica do metabolismo químico da sexualidade, passando a marcar o papel das substâncias tóxicas na economia

psíquica, como uma satisfação substitutiva diante do recalçamento e da renúncia pulsional (MENDONÇA, 2011). Como indica Ribeiro (2008), apesar de suas incursões sobre a temática das drogas serem escassas e quase nunca diretas, são bastante elucidativas em relação à compreensão dos recursos tóxicos efetuados pelo homem. Uma das relações mais privilegiadas das drogas pelo autor da psicanálise é com a sexualidade humana, como nota-se na observação do autor sobre a dependência química:

Aliás, o mesmo se aplica a todos os tratamentos para romper com um vício. Seu sucesso será apenas aparente enquanto o médico se contentar em privar seus pacientes da substância narcótica, sem se importar com a fonte de que brota sua necessidade imperativa. (...) Nem todos os que têm oportunidade de tomar morfina, cocaína, hidrato de cloral etc. por algum tempo adquirem dessa forma um ‘vício’. A pesquisa mais minuciosa geralmente mostra que esses narcóticos visam a servir – direta ou indiretamente – de substitutos da falta de satisfação sexual; e sempre que a vida sexual normal não pode mais ser restabelecida, podemos contar, com certeza, com uma recaída do paciente (FREUD, 1898/1996, p.262).

A visão de Freud, nesse ponto, parece-nos, ao mesmo tempo, limitada, ao se pensar nos dias atuais, e avançada, para a época. Avançada pois já indica que a simples abstinência não seria um modo eficaz de tratamento sem o conhecimento das causas que levam ao vício, e limitada pois aponta todas as substâncias psicotrópicas, na época chamadas narcóticos, como substitutos da falta de satisfação sexual, sendo que essa relação é mais complexa que isso, contudo essa visão seria ampliada pelo autor algum tempo depois.

Já em 1905, com os Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade (1905/1996), Freud avança com o elemento do prazer oral enquanto pulsão autoerótica. A atividade sexual, que primeiramente se apoiou em uma atividade de preservação da vida com movimentos reflexos instintivos, o mamar, se desliga dessa finalidade, fazendo da boca uma zona-erógena prazerosa. Essa significação, entretanto, pode ser mais forte em uns que em outros. “Persistindo essa significação, tais crianças, uma vez adultas, serão ávidas apreciadoras do beijo, tenderão a beijos perversos ou, se forem homens, terão um poderoso motivo para beber e fumar” (FREUD, 1905/1996, p. 171-172).

Ainda em 1905, no caso Dora, Freud aponta semelhanças entre o abuso de substâncias tóxicas e as psiconeuroses, em especial a histeria, tendo como causa de ambas alguma perturbação da vida sexual normal da pessoa (RIBEIRO, 2008 e MENDONÇA, 2011). No mesmo ano, no texto Tratamento psíquico (ou anímico), Freud compara a relação entre dependências, adições e seus dependentes à relação entre o hipnotizador e o hipnotizado, afirmando que a dependência não se situa na substância, mas sim na relação do sujeito com o objeto de dependência. Esse fenômeno, característico da supressão das pulsões exigidas pela sociedade moderna, é uma forma de satisfação substitutiva.

Em 1917, no texto Luto e Melancolia (1917/1996), Freud volta a referir-se aos tóxicos, falando do efeito econômico causado pela embriaguez alcoólica, quando no estado de exaltação, ocorre uma suspensão de dispêndios de energia na repressão. Solto de algumas amarras da repressão, o indivíduo se expressaria momentaneamente com maior autenticidade e sinceridade, tanto com os outros quanto para si.

Antes, em 1912, Freud, no texto Sobre a Tendência Universal à Depreciação na Esfera do Amor (Contribuições à Psicologia do Amor II) (1912/1996), fala da relação do alcoolista com a bebida de sua preferência como descrevendo um casamento feliz, em que o sujeito não precisa trocar sua bebida favorita e nem colocar dificuldades em sua obtenção para conseguir uma maior satisfação com esta. Ribeiro (2008) chama a atenção para se interpretar com cautela tal comparação, lembrando do sofrimento envolvido em qualquer compulsão. É preciso ainda ressaltar que o conceito de pulsão de morte só seria desenvolvido mais a frente, em 1920, portanto tal comparação ainda não o considerava. A partir da contradição da pulsão de morte “Freud passou a entender a utilização das drogas unicamente no plano da economia libidinal do sujeito” (RIBEIRO, 2008, p.24).

Há, na psicanálise, a compreensão de que o uso de drogas muito tem a ver com a pulsão de morte por ser o narcótico uma substância que, assim como aconteceu com Narciso, leva a um estado inorgânico, ao nível mais baixo de excitação. Contudo essa descrição abarcaria somente as drogas que causam algum efeito depressor do SNC, em uma comparação direta. Muitas outras substâncias, pelo contrário causam uma grande excitação e euforia, enchendo a mente de estímulos da percepção reais ou alucinatórios.

Sem dúvida, não se pode pensar Tanatos sem sua componente oposta, Eros, e sem os princípios norteadores da atividade psíquica, prazer e realidade.

A dureza da realidade por muitas vezes se encontra abalada sob o efeito de algumas drogas. Esse efeito pode variar de uma leve embriaguez ou sonolência até uma alucinação paranoica. De qualquer maneira, por mais distorcida que fique a percepção ou a capacidade de interagir conscientemente com a realidade, esta está sempre presente. A necessidade/desejo de tentar suavizar aspectos desta realidade tem como fundo o instinto de proteção da vida e do Ego. Seja por diversão ou por necessidade, a urgência de diminuir o desprazer faz com que estes dispositivos desliguem os estímulos que nos trazem sofrimento ou inundem com outros estímulos nossa mente, diluindo assim as preocupações. O que leva cada pessoa a escolher drogas depressoras, perturbadoras ou estimulantes diz de sua história de vida, de suas dores.

Com esse pensamento Freud, em 1930, no texto *Mal-Estar na Civilização* (1930/1996) elenca o intoxicar-se como um recurso disponível diante do sofrimento e do sentimento de culpa causado pelas repressões dos instintos sexuais e da agressividade demandadas pela civilização. Mendonça (2011, p.256) chama a atenção para a mudança do olhar para as drogas nos textos de Freud de 1908, com *Moral Sexual ‘Civilizada’* e *Doença Nervosa Moderna* para 1930 em *Mal-Estar na Civilização*:

Eles apresentam duas concepções diferentes, marcada pela mudança na teoria das pulsões, quando localizam o uso de drogas num primeiro momento como recuperação da satisfação pulsional (diante de um excesso de regulação operado pelo supereu), e, num segundo momento, como um recurso que busca amenizar a severidade do supereu em sua exigência de gozo.

Ao considerar-se o Superego como a instância internalizada em nós de nossa sociedade repressora, marcando a mudança de um Eu Ideal infantil para o Ideal de Eu, tem-se que a constituição dialética do sujeito e da sociedade necessitam estar apoiadas no firme solo da autoridade. Somente a autoridade de um Pai forte e interditor consegue fazer com que a agressividade, que originalmente teria como alvo o outro que impede a satisfação do sujeito, seja sublimada ou se volte não para o exterior, mas para o interior do sujeito (Ego). A interdição da satisfação sexual é tão grande que, quando algum

desejo é realizado direta ou indiretamente, não é incomum este seja acompanhado de uma sensação de desprazer originado do sentimento de culpa (FREUD, 1913/1996). Para lidar com essa culpa, a intoxicação se apresenta como um recurso.

Além do intoxicar-se, Freud apresenta também outras duas medidas paliativas para lidar com o sofrimento da vida: derivativos poderosos, como a atividade científica, e satisfações substitutivas, tais como as oferecidas pela arte, em contraste com a realidade (FREUD, 1930/1996). Contudo, as drogas são elencadas como o método mais eficaz.

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e a sua capacidade de nos causar danos. São responsáveis, em certas circunstâncias, pelo desperdício de uma grande quota de energia que poderia ser empregada para o aperfeiçoamento do destino humano (FREUD, 1930/1996, p.86).

Percebe-se que Freud, com as devidas ressalvas, mostra-se favorável ao uso dos tóxicos como recurso ao mal-estar na civilização, reconhecendo neste todo o seu potencial de gerar prazer e danos enquanto objeto de investimento.

Intoxicar-se é um modo de transformar energia objetal em energia narcísica, mas isso não acontece de maneira plena. Como foi visto, tanto a energia objetal, quanto a energia narcísica originam-se de uma mesma fonte e quanto mais uma aumenta, mais a outra diminui. Se se considerasse que a dependência química é um total investimento de energia no eu, os vínculos com o mundo externo estariam cortados, caracterizando uma psicose. Sem dúvidas, há caso de abuso de substâncias químicas que provocam surtos psicóticos, ou, na expressão popular, ‘a viagem sem volta’, mas percebe-se que isso tem relação com os efeitos de determinadas substâncias nos processos físico-químicos do cérebro, com a quantidade de drogas usada e com a estrutura da personalidade. Mesmo porque drogas como cafeína, o açúcar ou a maconha podem provocar uma forte

dependência sem nunca levar a uma *overdose* ou a um surto psicótico, mesmo que em seu uso o sujeito se desligue aos poucos de outras formas de investimento libidinal.

Porém, a hipótese de um excessivo investimento no Ego ainda deve ser mantida quando se acrescenta a ela um dado importante: a crise da função paterna e da autoridade. O mal-estar na civilização à época de Freud, que era marcadamente originado do sentimento de culpa gerado pela repressão, hoje, na sociedade contemporânea da mais-repressão (MARCUSE, 1969) parece ainda existir mas proveniente de um sentimento de desamparo. Sem os alicerces fortes da autoridade patriarcal e da transmissão da experiência que ensinava aos sujeitos as leis para se viver neste mundo, parece não haver uma adequada passagem do Ego Ideal, narcísico e infantil, para o Ideal de Ego. O uso de drogas então estaria também ligado à uma fixação pré-edípica na fase oral, em que ansioso, o sujeito espera ainda a completude do prazer imenso e imediato pelo consumo.

3.2 – Narcisismo

O termo narcisismo, tão importante na teoria psicanalítica, surge pela primeira vez nos textos de Freud em 1910 para explicar, segundo Laplanche e Pontalis (1999), a escolha de objeto nos homossexuais. Em 1911, a então descoberta do narcisismo, leva Freud a propor algo como “uma fase da evolução sexual intermediária entre o autoerotismo e o amor de objeto (...), o que permite uma primeira unificação das pulsões sexuais” (LAPLANCHE & PONTALIS, 1999, p. 287). Essa posição é mantida pelo pai da psicanálise em Totem e Tabu, de 1913, até que em 1914, como o texto introdutório ao conceito de narcisismo, ele o redefine e o coloca em uma posição especial no corpo teórico da psicanálise.

O conceito é inspirado e nomeado pelo mito grego de Narciso (*Nárkissos* em grego). O elemento *nárke*, que significa entorpecimento, torpor, dá origem também ao termo Narcótico, que se refere às substâncias hipnóticas que são sedativas e soníferas. Nem todas as drogas causam esse mesmo efeito, algumas inclusive causando efeito contrário, mas de forma errônea, desde a década de 1930, o termo passou a designar drogas proibidas em geral pelo FBI e por outros países (CARNEIRO, 2005). Desde

1971, convencionou-se mudar o termo para psicotrópicos, mas a palavra narcótico, pelo costume, ainda é muito usada, remetendo sempre ao Narciso, e o seu torpor.

Freud (1914/2004), em *À Guisa de Introdução ao Narcisismo*, apresenta o conceito, tirando-o então somente da caracterização da perversão para atribuir-lhe um importante papel no desenvolvimento sexual normal do ser humano. “Nessa acepção, o narcisismo não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo próprio da pulsão de autoconservação, egoísmo que, em certa medida, corretamente pressupomos estar presentes em todos os seres vivos” (FREUD, 1914/2004, p. 97).

Por meio da observação clínica de pacientes histéricos e neuróticos compulsivos, Freud (1914/2004) observou que, apesar de um suposto afastamento da realidade, esses pacientes ainda mantinha vínculos eróticos com as pessoas e as coisas, mesmo que em fantasia. Contudo, nos seus pacientes esquizofrênicos, havia realmente um desligamento do interesse no mundo exterior, fazendo surgir o questionamento de para onde iria essa energia libidinal, se não estava sendo investida nem em pessoas e nem em objetos, tanto na realidade quanto em fantasia.

A solução para tal questionamento era de que a libido, retirada do mundo exterior, era redirecionada ao Eu, causando assim o delírio de grandeza e dando origem a um comportamento caracterizado por narcisismo. Surge portanto uma diferenciação entre a energia libidinal responsável pela autoconservação, chamada narcisismo primário, e a energia libidinal retirada de objetos externos e redirecionada ao Eu, chamado narcisismo secundário (FREUD, 1994/2004). Narcisismo primário porque originalmente o Eu é investido de libido, e só posteriormente parte dessa libido é repassada aos objetos. A regressão da libido que havia sido destinada aos objetos de volta para o Eu é chamada de narcisismo secundário, pois já há libido no Eu.

Feita essa diferenciação entre os destinos da libido, Freud estabelece uma oposição, a grosso modo, como ele mesmo chama, entre a libido objetal e a libido do Eu. Segundo o autor,

Quanto mais uma consome, mais a outra se esvazia. Nesse sentido, a mais avançada fase de desenvolvimento que a libido objetal parece ser capaz de atingir é o estado de apaixonamento, que se apresenta como uma desistência da própria personalidade a favor do investimento do objeto. (...) Assim, a respeito da distinção das diferentes energias psíquicas, podemos dizer que, no princípio, as energias coexistem no

estado de narcisismo e que são indiscerníveis para uma análise mais superficial. Somente quando passa a ocorrer um investimento nos objetos é que se torna possível distinguir uma energia sexual, a libido, de uma energia das pulsões do Eu (FREUD, 1914/2004, p. 99).

Assim, pode-se perceber que tal distinção oferece um equilíbrio necessário à manutenção da vida. O represamento da libido objetal ou da libido do Eu causa uma sensação de desprazer, decorrente da tensão aumentada entre essas duas forças. Do mesmo modo que investir toda sua energia psíquica em objetos externos seria algo muito perigoso que culminaria na morte do sujeito, manter em si toda essa energia seria igualmente fatal. “Um forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas, no final, precisamos começar a amar para não adoecer, e iremos adoecer se, em consequência de impedimentos, não pudermos amar” (FREUD, 1914/2004, p. 106).

O conceito introduzido por Freud apresenta, então, uma dualidade e uma tensão de uma energia que ao mesmo tempo conserva e ameaça a vida, dependendo de onde for o seu investimento. O modo de investimento objetal que o sujeito faz, pode-se considerar, define a sociedade em que ele vive, e constitui seu Superego.

Não obstante suas ocasionais ilusões de onipotência, o narcisista depende de outros para validar sua auto-estima. Ele não consegue viver sem uma audiência que o admire. Sua aparente liberdade dos laços familiares e dos constrangimentos institucionais não o impedem de ficar consigo mesmo, ou de se exaltar em sua individualidade. Pelo contrário, ela contribui para sua insegurança, a qual ele somente pode superar quando vê seu ‘eu grandioso’ refletido nas atenções de outras pessoas, ou ao ligar-se àqueles que irradiam celebridade, poder e carisma. Para o narcisista, o mundo é um espelho, ao passo que o individualista áspero o via como um deserto vazio, a ser modelado segundo seus próprios desígnios (LASCH, 1983. p. 30 e 31).

Segundo Freud (1914/2004), passado o delírio de grandeza infantil, a libido do Eu em indivíduos adultos teria sofrido um recalque patogênico, ocorrido a partir do Eu, ou melhor, da avaliação que o Eu faz de si mesmo. “Podemos dizer que um sujeito erigiu em si um *ideal*, pelo qual mede o seu Eu atual, enquanto na outra pessoa esse ideal não se formou. Assim, a condição para o recalque é essa formação de ideal por parte do Eu” (FREUD, 1914/2004, p.112)

O Ideal de Eu, “instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo e das identificações com os pais, com seus substitutos e com os ideais

coletivos” (LAPLANCHE e PONTALIS, 1999, p. 222), seria o estruturante do Superego por meio da introjeção de modelos identificatórios socialmente desejáveis, internalizando dessa forma as normas sociais. Contudo, numa sociedade sem modelos identificatórios, sem tradição, o Ideal de Eu perde lugar na estruturação do Superego, ficando o sujeito em fixado pré-edipicamente na oralidade.

Considerando a visão de Klein (1975), de que o Superego começa a se formar antes do Édipo, percebemos que ele é inicialmente constituído da introjeção de objetos bons e maus (cindidos), apresentados principalmente pelos pais, na sua tentativa fracassada de satisfazer todos os desejos da criança. Estando a criança, na posição esquizo-paranoide, essas figuras ganham tons persecutórios e cruéis para a criança. Em um desenvolvimento normal, com a entrada na posição depressiva, a criança passaria a introjetar os modelos amáveis, que comporiam o Ideal de Eu, e por meio da experiência com esses modelos a parte agressiva do Superego seria modificada. Contudo, por falta desses modelos, o Superego passa a ser composto somente pelas fantasias dos pais devoradores e persecutórios do Eu Ideal.

Falei da introjeção do mundo externo e sugeri que este processo continua através da vida. Sempre que podemos admirar e amar alguém – ou odiar e desprezar alguém – também ficamos com algo deles em nós e nossas atitudes mais profundas são plasmadas por semelhantes experiências. No primeiro caso nos enriquece e se torna um fundamento para preciosas lembranças; no outro, algumas vezes sentimos que o mundo externo está destruído para nós e o mundo interno fica, portanto, empobrecido (KLEIN, 1975, p. 17).

Desse modo, o mundo externo passa a ser um lugar terrível, repleto de perseguidores e de maldades, pois no mundo interno há somente modelos de identificação vazios e falhos. Não é sem razão que o crack assuste tanto e case tão bem com o sintoma contemporâneo. Segundo os usuários, depois de uma primeira e rápida sensação de imenso prazer (que alguns dizem que é até dez vezes maior que o prazer do sexo), vem o medo, a paranoia, a persecutoriedade. Os indivíduos se isolam e normalmente experimentam alucinações audiovisuais de monstros malignos ou inimigos que querem sua morte. É o retrato levado, às últimas consequências, do sujeito contemporâneo, insatisfeito com os prazeres cotidianos e em pequenas doses, busca sempre a maior felicidade pregada pela mídia, introjetando figuras vazias de

significado, de sentimento. Quando percebem que o prazer foi efêmero, lançam para o mundo externo toda a frustração que sentem.

A falta de modelos saudáveis de identificação (Damergian, 2009) que eram encontrados nas instituições mais tradicionais, como pais e professores, foram substituídos por figuras públicas de caráter duvidoso, celebridades instantâneas, atletas e cantores hedônicos ou qualquer outra mercadoria oferecida pela indústria cultural.

A ‘mídia’ dá substância e, por conseguinte, intensifica os sonhos narcisistas de fama e glória, encoraja o homem comum a identificar-se com as estrelas e a odiar o “rebanho”, e torna cada vez mais difícil para ele aceitar a banalidade da existência cotidiana. (...) A moderna propaganda de mercadorias e de boa vida tornou necessário para o Id desculpar-se por seus desejos ou disfarçar suas proporções grandiosas. Contudo, esta mesma propaganda tornou insuportáveis o fracasso e a perda (LASCH, 1983, p. 43-44).

Tal estruturação da vida psíquica, que teve início com o modelo napoleônico de um sujeito qualquer que se torna um notável, alinhada com o modo capitalista de produção, em que é incentivado o consumo exacerbado na busca pela felicidade, faz com que o conceito narcisismo, introduzido por Freud em 1914, seja entendido por alguns como uma patologia contemporânea. Assim, esta sociedade se torna uma sociedade narcísica que matem um ciclo de relação com o consumo, em que um intensifica o outro, como será visto no próximo tópico, em uma relação com as drogas na contemporaneidade.

3.3 – O Sujeito do Inconsciente.

Freud (1996), a partir de 1923, com o texto O Ego e o Id, estrutura a segunda tópica do aparelho psíquico, passando das estruturas Pré-consciente, Consciente e Inconsciente para Id, Ego e Superego¹⁴, que melhor explicaria o inconsciente enquanto uma dinâmica e não um enquanto lugar (topologia).

¹⁴ Neste trabalho será usada a nomenclatura latina Id, Ego e Superego, prioritariamente, seguindo o padrão da tradução utilizada na Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Contudo, quando no texto consultado o autor usar a versão traduzida Isso, Eu e Supereu, nos referiremos a ele sem prejuízo da compreensão.

Para Freud (1923/1996), o aparelho psíquico é habitado por conteúdos conscientes e inconscientes, premissa fundamental da psicanálise. Estes conteúdos inconscientes não se resumem somente ao Id, o reservatório pulsional da energia psíquica, mas habitam também o Ego e o Superego. Assim que nasce, a criança entra em contato com as limitações impostas pela realidade fora do útero materno, tais como fome, frio, desconforto físico entre outros e sente-se ansiosa. Tais dificuldades são sentidas como um excesso de excitação desprazerosa e o instinto humano reage no sentido de evitar tais sensações. Desprazer e ansiedade passam a estar presentes por toda a vida, e assim surge o desejo de voltar àquela situação onde não havia a falta, o desejo da completude.

Aos poucos, com a aquisição de uma melhor percepção do ambiente, devido ao desenvolvimento biológico do corpo, os instintos de auto preservação e saciação das necessidades passam a ganhar significados sociais. A busca pela satisfação total de suas necessidades e desejos, devido às imposições da realidade, tem que ser postergada ou negociada. Aquilo que era sua energia instintual e animal, a medida em que a criança se insere em um contexto social e se torna humana, transforma-se em energia pulsional.

O Ego se desenvolve e se diferencia a partir do Id por meio da percepção da realidade. Do contato de sua pele com objetos externos, do toque dos pais, das sensações de frio e calor, agradáveis e desagradáveis, a criança passa a se perceber paulatinamente diferente do mundo que a cerca.

O ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície. (...) Isto é, o ego em última análise deriva das sensações corporais, principalmente das que se originam da superfície do corpo (FREUD, 1923/1996, p. 39).

Por isso é tão importante no desenvolvimento da criança o toque, o carinho e a presença de outros seres humanos para a formação de um sentido de eu. Um eu que se forma, entre outras coisas, pelo relação com o outro. Desse modo, a criança se relaciona com os objetos de investimento libidinal¹⁵, com o outro e passa a constituir seu mundo

¹⁵ Libido, segundo Freud (1976/1996, p.37) “é expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que tem a ver com tudo o que pode ser abrangido sobre a palavra ‘amor’. O núcleo do que queremos significar por amor consiste naturalmente (e é isso que

interno nessas relações. Segundo Klein (1975), quando o bebê encontra conforto, acalanto e saciação, principalmente provenientes da mãe, ele internaliza bons objetos. Quando ele não recebe a atenção e os cuidados adequados, então internaliza objetos maus. Por não conseguir lidar com esses objetos internos e por não entender o mundo externo, a criança projeta no exterior características de seu mundo interno, construído pelas introjeções. Para a criança que internalizou objetos maus, o mundo ganha tons persecutórios e ameaçadores. Percebe-se então, a importância das sensações físicas, sejam elas de prazer ou desprazer na constituição do psiquismo.

A busca pela obtenção de prazer é uma tendência do psiquismo que nunca é abandonado, porém é cerceada pelo princípio da realidade. De acordo com Freud, (1920/1996, p.19) “é incorreto falar na dominância do princípio de prazer sobre o curso dos processos mentais”, pois não observamos na prática a maioria dos processos mentais acompanhados de prazer ou conduzindo a ele. A busca pelo prazer significa a diminuição da quantidade de excitação presente na mente, enquanto o aumento dessa excitação é compreendida como desprazer. É importante ressaltar que a satisfação de um desejo do Id não necessariamente levará à sensação de prazer, pois dependendo das forças de repressão que agem sobre esse desejo, a sua satisfação pode vir acompanhada de culpa, gerando desprazer.

Pautado pelo tortuoso caminho entre princípio do prazer e princípio da realidade, o Ego procura negociar com os desejos do Id, utilizando-se de repressões. O fato de algum pensamento, memória ou afeto não ser consciente, ou seja, não ser percebido, mostra que há sobre este uma força repressora, que o mantém inconsciente. O desejo pulsante e irrealizado, quando chega à consciência, causa um alto nível de excitação, entendida como desprazerosa. Reprimir alguns conteúdos significa manter baixo os níveis de excitação do aparelho psíquico, e dessa forma, obter prazer por vias secundárias, como as drogas, por exemplo. Sobre o Ego, em relação ao Id, Freud (1923/1996, p.39) afirma:

comumente é chamado de amor e que os poetas cantam) no amor sexual, com a união sexual como objetivo. Mas não isolamos disso – que, em qualquer caso, tem sua parte no nome ‘amor’ -, por um lado, o amor próprio, e, por outro, o amor pelos pais e pelos filhos, a amizade e o amor pela humanidade em geral, bem como a devoção a objetos concretos e a ideias abstratas. Nossa justificativa reside no fato de que a pesquisa psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências constituem expressão dos mesmos impulsos instintuais”.

Assim, em sua relação com o id, ele é como um cavaleiro que tem de manter controlada a força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com sua própria força, enquanto que o ego utiliza forças tomadas de empréstimo. A analogia pode ser levada um pouco além. Com frequência um cavaleiro, se não deseja ver-se separado do cavalo, é obrigado a conduzi-lo onde este quer ir, da mesma maneira, o ego tem o hábito de transformar em ação a vontade do id, como se fosse sua própria.

Esse comando exercido pelo Ego, entretanto, tem a forte influência de mais uma instância, o Superego. A existência de uma instância pautada pela identificação e internalização de um ideal para o Ego já aparecia nos textos psicanalíticos de 1914 em *Sobre o Narcisismo: Uma Introdução*, e em 1921, em *Psicologia de Grupo e análise do Ego*. A identificação poderia ocorrer de três maneiras: por meio da identificação com traços de seu objeto de amor, querendo assim se tornar como ele ou tê-lo em seu Ego, por meio da identificação com traços de quem rivaliza pelo seu objeto de amor, tornando-se assim como ele e adquirindo características que poderiam levar a conquista da pessoa amada, ou por meio da identificação de sintomas que, mesmo sendo originário de pessoas com quem não há uma vinculação afetiva forte, dizem do desejo inconsciente de estar em situação semelhante. A identificação portanto, segundo Freud (1921/1996), constitui a forma original de laço emocional com um objeto, que de maneira regressiva, introjeta este no Ego, podendo surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de instinto sexual.

Quando acontece uma pessoa ter de abandonar um objeto sexual, muito amiúde se segue uma alteração de seu ego, que só pode ser descrita como instalação do objeto dentro do seu ego, tal como ocorre na melancolia; a natureza exata dessa substituição ainda é desconhecida. Pode ser que, através dessa introjeção, que constitui uma espécie de regressão ao mecanismo da fase oral, o ego torne mais fácil ao objeto ser abandonado ou torne possível esse processo. Pode ser que essa identificação seja a única condição em que o id pode abandonar seus objetos. De qualquer maneira, o processo, especialmente nas fases primitivas de desenvolvimento, é muito frequente, e torna possível supor que o caráter do ego é um precipitado de catexias objetais abandonadas e que ele contém a história dessas escolhas de objetos (FREUD, 1923/1996, p. 42).

Temos então, marcados em nosso Ego, um precipitado de objetos perdidos e ainda desejados pelo qual orientamos nossas buscas por satisfação. O modo como a identificação se encontra ligada a fase oral é um ponto importante a ser considerado na posterior análise do consumismo em nossa sociedade e do modo como as drogas se destacam enquanto objeto de consumo. A oralidade presente na busca pelo prazer no consumo, em especial no consumo de drogas no caso das toximânicas, constitui o Ego dos sujeitos carentes de autoridade e de alteridade. O Eu Ideal, narcísico precisa ser auto-investido até o ponto extremo em que se ignore qualquer outro estímulo externo e o único interesse do sujeito seja a droga.

Na fase sexual de desenvolvimento marcada pelo complexo de Édipo, identificações com a figura materna e paterna acontecem ao mesmo tempo, no chamado complexo de Édipo completo (FREUD, 1923/1996), devido a bissexualidade infantil, independente do objeto de catexia ser mãe ou pai.

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas duas identificações unidas uma a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego (FREUD, 1923/1996, p.47).

Entretanto, diferente de outras identificações, o Superego não é um simples resíduo das primitivas escolhas objetais do Id. Ele surge como uma formação reativa enérgica contra algumas destas escolhas. Autoritário e com caráter compulsivo, ele se manifesta por meio de imperativos categóricos do tipo ‘Você deve ser assim (como seu pai)!’ ou ‘Você não pode ser assim (como seu pai)!’. Da relação entre Ego e Superego vem o sentimento de culpa. “Esse aspecto duplo do ideal do Ego deriva do fato de que o Ideal do Ego tem a missão de reprimir o complexo de Édipo; em verdade, é a esse evento revolucionário que ele deve a sua existência” (FREUD, 1923/1996, p.47). Portanto, o Superego, herdeiro do Complexo de Édipo, representa a interdição da civilização e a introjeção do nome do Pai.

A experiência da castração e a introjeção do Não diante do forte desejo de satisfação das pulsões sexuais e agressivas fazem com que o ideal erigido para o Ego seja responsável pelo que há de mais elevado na mente humana dentro de nossa cultura,

segundo Freud (1923/1996). Os valores da civilização, passados de pai para filho, são seguidos e reproduzidos ancorados na autoridade. Toda a autoridade existente na nossa sociedade remete à figura do Pai internalizado em cada um.

À medida que uma criança cresce, o papel do pai é exercido pelos professores e outras pessoas colocadas em posição de autoridade; suas injunções e proibições permanecem poderosas no ideal do ego e continuam, sob a forma de consciência (*conscience*), a exercer a censura moral. A tensão entre as exigências da consciência e os desempenhos concretos do ego é experimentado como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, na base de possuírem o mesmo ideal de ego (FREUD, 1923/1996, p.49).

O ponto da autoridade como consequência de um Ideal de Ego adequadamente interiorizado para a preservação dos valores morais e da civilização será analisado posteriormente no capítulo quatro, na discussão da crise da tradição e da autoridade, e do consumismo (em especial de drogas) em relação a fase oral.

Por fim, deve-se lembrar que junto ao princípio do prazer e do princípio da realidade, também existem os instintos de vida e de morte que coordenam e direcionam as atividades da existência em direção à vida ou ao inorgânico, respectivamente. Esses instintos, que se encontram fundidos, precisam um do outro para agir. Não existe, em sentido estrito, libido de morte ou de vida. Toda a atividade humana é permeada por esses dois instintos, as vezes mais outras menos (FREUD, 1923/1996).

O Ego tem a tendência à unidade. O eros tem a tendência a unir e a ligar. O princípio da constância de Fechner consiste numa descida continua em direção a morte. Portanto o princípio do prazer está a favor do instinto de morte pois ambos levam ao mínimo de excitação enquanto eros age na direção de estimular e criar distúrbios no princípio da constância. Segundo Marcuse (1969, p. 47):

“O instinto de morte é destrutividade não pelo mero interesse destrutivo, mas pelo alívio da tensão. A descida para a morte é uma fuga inconsciente à dor e às carências vitais. É uma expressão da eterna luta contra o sofrimento e a repressão. E o próprio instinto de morte parece ser afetado pelas mudanças históricas que influem nessa luta”.

Então, com a sensação de prazer físico-químico e neurobiológico provocado pelas drogas, desligado de um simbolismo transcendente e cultural existente nas civilizações antigas, o consumo de drogas seria um modo de negar o Princípio da Realidade e qualquer castração que nele poderia existir, levando assim à morte?

Perceber-se-á, no próximo capítulo, que o Princípio da Realidade, na lógica da Indústria Cultural (HORKHEIMER e ADORNO, 2006), adapta as características da sociedade e as transforma em consumo. Com o uso de drogas não é diferente e nele fica marcado a contradição do contemporâneo, ele é vida e morte. A formação da subjetividade e do mundo psíquico se dá na relação de mútua constituição com o social. Portanto o sujeito do século XXI, mesmo sem ter consciência disso, é constituído pelas revoluções burguesas, pelas grandes guerras, e por todas as transformações sociais advindas com a Modernidade. Constituído assim, ele passa a transformar o mundo em que vive e transformar a si mesmo. No próximo capítulo esse sujeito se apresenta no âmbito social.

CAPÍTULO 04 – Da Tradição ao Consumo

4.1 – O desencantamento do mundo

Segundo Horkheimer e Adorno (2006, p.153), “a civilização é a vitória da sociedade sobre a natureza”. O homem, na sua tentativa de fugir da ignorância e colocar-se no papel de mestre de seu destino, foi aos poucos buscando dominar a natureza, interna e externa a si. Por muito tempo, o mito e a religião eram o método, por excelência, de se entender e explicar o mundo. O inexplicável era vontade divina, e para conhecer o mundo, as pessoas buscavam a experiência com o transcendente. Para isso, em muitas religiões e culturas, usava-se fumos ou bebidas alucinógenas para o contato com o divino, para transcender a realidade material (CANEIRO, 2005).

Pode-se entender, a partir destas informações, que as drogas ocupavam um outro lugar nas antigas civilizações, ligadas à religião e ao autoconhecimento. Hoje, religião e mitologia são tratadas com ressalvas, quando não deixadas de lado, pois a forma de saber soberana é a ciência. Por meio da ciência e suas descobertas o homem desencantou o mundo e seus mistérios. Deu a tudo um peso, uma medida, um equivalente. Por meio da exatidão exerce seu controle tirânico e narcísico sobre o mundo. Assim, no lugar da religião e dos mitos, que preenchiam o vazio humano oferecendo acalanto às ansiedades causadas pelo desconhecido, têm-se hoje o saber científico com suas afirmações baseadas em estudos e pesquisas reproduzíveis mas que, em última instância, não é compreendida por grande parcela da população. Este discurso só é aceito e reproduzido pelos leigos devido à relação de poder e dominação por trás dele, o que faz com que se acredite cegamente nos dados estatísticos ou nos testes com infra-humanos, porque foram realizadas por um grande laboratório, universidade ou instituto de pesquisa. Sem entender bem o método que valida as pesquisas e sem conseguir interpretar adequadamente os números gerados, acreditar nessas informações é uma ato de fé. O saber científico se transforma em mito na dialética do esclarecimento (HORKHEIMER e ADORNO, 2006).

O conhecimento que a nossa sociedade tem sobre as drogas e no qual se baseiam para a criação de políticas públicas que determinam como será a assistência a saúde, a segurança pública e a educação está toda construída em pesquisas científicas falhas e

que chegaram a conclusões tendenciosas, como exposto no capítulo dois. O mito criado sobre as drogas faz surgir um discurso fanático que ignora toda a história e as amplas relações sociais que constituem psiquicamente os sujeitos. Os diferentes modos de se consumir drogas são reduzidos a duas frágeis categorias: as ilícitas e as lícitas ou as nocivas e as não nocivas.

A tentativa de se conhecer e controlar a própria natureza tem ligações históricas com o consumo de drogas. Seja para controlar a dor, o humor ou a percepção, o uso de drogas serve ao homem como ferramenta de controle de si. Contudo, manter-se no controle requisita um equilíbrio muito delicado entre instinto de vida e instinto de morte, na medida em que a ferramenta que serve ao controle da natureza humana, por vezes, pode sair do controle e assumir o caráter feroz da compulsão. Quando isso acontece, a medida e o equivalente se subverte ao desejo, fugindo do inicial controle esperado. A relação do homem com o conhecimento do seu mundo interno e externo, do que consome e do que sente, é fundamental para o uso de qualquer droga que altere a percepção, o humor, o sentimento.

Para Horkheimer e Adorno (2006), o método de se conhecer o mundo atrelou-se ao modo de produção da sociedade, e o conhecimento ganhou um valor econômico. Na sociedade industrial, de consumo, todos os aspectos são regidos pela mesma racionalidade mercantil, inclusive o pensamento (formal instrumental), impossibilitando a liberdade. Este pensamento, reduzido a igualdade de unidades, faz com que o sujeito se anule e se iguale a todos, descartando o que lhe tornava único para assim relacionar-se por meio da troca. Iniciado com o Iluminismo, ideologia que tem a crença que a ciência deveria ser forte o suficiente para destruir os mitos e superstições da Igreja e construir uma sociedade racionalista pautada em ideais de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens, foi a partir das Revoluções Industrial e Francesa que a dominação do homem pelo homem se acirrou, em prol de uma suposta evolução da sociedade via desencantamento do mundo. “No trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade” (HORKHEIMER e ADORNO, 2006, p.18).

A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador iluminista refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem-estar e na civilização que podia ver em toda sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas

ideias. No começo do século, as bruxas eram queimadas; no final, os governos do iluminismo, como o austríaco, já tinham abolido não só a tortura judicial mas também a escravidão (HOBSBAWM, 2006, p.42).

Tem-se com o Iluminismo – Esclarecimento – a marca principal da relação que a Modernidade tem com o conhecimento. A tentativa do homem moderno de livrar-se do medo e colocar-se na posição de senhores, dominando a natureza e desencantando o mundo faz com que os homens esqueçam-se de que eles próprios são natureza e mais que natureza (HORKHEIMER e ADORNO, 2006). Desde o século XVIII o saber positivista, exato, criterioso e reproduzível foi elencado como a forma científica de saber. Tudo o que não se igualava a ele era posto de lado como literatura, como mitologia. “O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento” (HORKHEIMER e ADORNO, 2006, p.19).

Assim, a produção de conhecimento na sociedade se restringiu a um saber estereotipado e moldado às relações de troca. O saber do ancião que fora passado pela tradição oral de pai para filho, de velho para novo, como quem conta uma história de sua própria experiência de vida, não mais tinha valor. Questionar tais padrões também não é de nada válido, pois o conhecimento crítico para a lógica instrumental não é conhecimento. “O inimigo que se combate é o inimigo que já está derrotado, o sujeito pensante” (HORKHEIMER e ADORNO, 2006, p.123). Sem pensamento, exterioridade e interioridade se confundem, e a questão do controle passa a ser ilusória pois, o sujeito que pensa estar no comando de tudo, na verdade, é comandado sem se dar conta disto. As drogas, quando consumidas sem reflexão, sendo remédios ou diversão, por muitas vezes atuam contra o pensamento como uma ferramenta que cala o espírito e adapta o sujeito à realidade hostil. Quanto maior a dor, maior a necessidade de se consumir, de se anestesiá-lo. Contudo, quanto mais passivo a dominação mais se mata a necessária diferença entre interior e exterior. O sujeito vazio investe cada vez mais em si e fica cada vez mais vazio.

Com isso, a relação sujeito/objeto se confunde. A dominação do objeto pelo sujeito existe por medo do sujeito ser subjugado pelo objeto, que num primeiro momento era a própria natureza. Neste momento histórico, ao dominar o objeto, o sujeito se funde a ele e não mais se reconhece nele, pois ocorre um processo simbiótico em que se perde, assim, um pedaço de sua frágil identidade, fragilizando-a. A supremacia do sujeito em relação ao objeto, e da forma em relação ao conteúdo, gera

conhecimento apenas de conceitos, deslocados de seus objetos. Há uma falsa dominação do sujeito em relação ao objeto, pois o que há na sociedade do pensamento instrumental é a prevalência do consumo.

As drogas, que em outras culturas possuíam função de conhecimento por meio da transcendência religiosa ou de prazer entorpecente, ganham, nessa sociedade, o mesmo caráter de consumo de todos os outros bens culturais e produtos. A grande questão é que a sociedade industrial precisa de culpados para suas mazelas sociais, que não podem ser enxergadas em suas verdadeiras causas, a desigualdade e vulnerabilidade social e a exploração do homem pelo próprio homem. Assim, as drogas, em especial as ilícitas, são colocadas no lugar de causadoras da violência, o que gera preconceito em relação aos usuários e marginalização desses sujeitos.

Entretanto é preciso lembrar que tanto as drogas lícitas quanto as ilícitas são amplamente consumidas em nossa sociedade e torna-se difícil apontar responsabilidades diretas sobre as tais mazelas sociais que seriam supostamente causadas pelas substâncias proibidas. Como citado no capítulo dois, o dispositivo droga (VARGAS, 2008) é proibido e colocado como um tabu ao mesmo tempo em que é incentivado e tem seu consumo propagado por todas as classes sociais e faixas etárias, e esse é um ponto fundamental para entender um dos grandes problemas em relação às drogas: o consumismo.

4.2 – O consumo e a busca pela felicidade

A sociedade está em um momento histórico em que não se precisaria trabalhar tanto para garantir a vida. A tecnologia existente hoje, se usada pelo homem para o homem, poderia suprir grande parte dos degradantes empregos existentes e otimizar vários outros, para assim todos trabalharem e trabalharem pouco. Entretanto a enorme quantidade de labuta existente e a falta de empregos estrutural não mais está para a produção da vida, mas sim para o aumento e acúmulo de capital. Nesse sentido, melhores condições de trabalho são, na verdade, melhores condições de exploração do trabalho, e aumento dos salários significa aumentar o poder de consumo e assim fazer girar a máquina econômica. Esta sociedade viu nascer a lógica do consumismo, e este deve ser sempre crescente para haver lucro. Mas como fazer com que as pessoas

continuem comprando mais e mais coisas? Afinal, chegaria um momento em que teríamos o suficiente para viver confortavelmente. Para isso, aliou-se a ideia de felicidade e completude ao consumo constante.

Em nenhuma sociedade anterior se imaginava que um modo de alcançar a felicidade seria proporcionado por meio do consumo de bens.

Alguns afirmam que se pode falar de consumismo desde os séculos XVII e XVIII; outros, desde o século XIX; outros, enfim, apenas a partir do século XX.

A imprecisão se reflete na interpretação. Ao analisarmos o que significa consumir, quais circunstâncias históricas consumimos, vemos que o sentido do consumo muda completamente. Consumir, nos séculos XVII, XVIII ou XIX, tem um sentido totalmente diferente de consumir no final do século XX e começo do XXI (COSTA, 2004, p.132)

Sobre o sentido histórico do consumir, Arendt (apud Costa, 2004), aponta três fatores de influência: “a) o desinvestimento sociocultural na *ação* política; b) o aumento da produtividade industrial e c) a conversão imaginária do *trabalho* à atividade do *labor*” (COSTA, 2004, p. 133). Para a autora a mudança do chamado *homo faber*, o fabricante artesanal, para o *animal labors*, se deu devido a veloz produção e venda de bens. O objetivo final que antes era transformar a natureza bruta em bens duráveis que seriam utilizados para facilitar a vida do homem foi subvertida pelo objetivo do consumo, somente o consumo. Os bens produzidos não mais precisavam ter utilidade ou durabilidade, mas deviam, e ainda devem, trazer a felicidade para quem vende e, acima de tudo, para quem consome. A utilidade se tornou serva da felicidade (ARENDRT apud COSTA, 2004).

Sobre o consumo, Horkheimer e Adorno (2006), apresentam um conceito teórico que explica a lógica de funcionamento da sociedade capitalista. Segundo os autores, todos os bens culturais, da arte à educação, se tornam objeto de consumo, dando impulso ao que definem como indústria cultural.

Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a

ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (HORKHEIMER e ADORNO, 2006, p.104).

O princípio, que este constructo teórico explica, é a promessa de que todas as necessidades podem ser satisfeitas pelo consumo, apoiando-se assim na busca dos homens pela completude e pela felicidade plena. Quando a pessoa não se sente feliz é porque não consumiu o suficiente, ou a coisa certa, pensa ela. Mas não há produto que basta ou que tampe o vazio existente em seu Ego. O investimento libidinal nesses objetos, que, em uma observação desatenta, poderia considerar-se energia objetal, na verdade é um investimento narcísico, pois não há utilidade nenhuma sendo satisfeita no ato de consumir. “A indústria cultural volta a oferecer como paraíso o mesmo cotidiano” (HORKHEIMER e ADORNO, 2006, p.117). Um outro ponto a ser destacado da indústria cultural é o modo como ela, com o apelo do novo, do inédito, do lançamento, vende os mesmos objetos de desejo apenas com uma nova roupagem. Tal necessidade pelo mais novo diz da supremacia do saber positivista técnico-instrumental que coloca nas descobertas científicas a áurea do sagrado que a religião possuía em outros tempos.

A aquisição de produtos pela promessa de felicidade trazida por este, e não pelo solo firme da utilidade, marca a preponderância da preocupação individual sobre o bem-estar comum e, de maneira mais séria, a subordinação do pensamento à ação. Deixar com que os sujeitos pensem sobre a necessidade de seu consumo seria ameaçador à ordem e não lucrativo. Segundo Arendt (2011), há, na era moderna, uma separação entre pensamento e ação, e o homem, cindido em sua objetivação no mundo, torna-se um reproduzidor de ações e comportamentos treinados. Discursos e valores superficiais são espalhados como opiniões pessoais, sem ao menos uma breve reflexão. Condena-se os drogadictos e toxicômanos de substâncias ilícitas, acusando-os de falta de vergonha na cara ou falta de Deus na vida, mas não percebe-se que dificilmente encontra-se uma festa sem bebida alcoólica e sem açúcar, um escritório sem café, uma criança agitada sem Ritalina ou uma pessoa ansiosa sem benzodiazepínicos.

Na medida em que o pensamento deixa de representar uma peça do equipamento profissional, sob uma forma altamente especializada em diversos setores da divisão do trabalho, ele se torna suspeito como um objeto de luxo fora de moda: *‘armchair thinking’*. É preciso produzir alguma coisa. Quanto mais a evolução da técnica torna supérfluo o

trabalho físico, tanto mais fervorosamente este é transformado no modelo de trabalho espiritual, que é preciso impedir, no entanto, de tirar as consequências disso. Eis aí o segredo do embrutecimento que favorece o antissemitismo. Se, no interior da própria lógica, o conceito cai sobre o particular como algo de puramente exterior, com muito mais razão, na sociedade, tudo o que representa a diferença tem de tremer. As etiquetas são coladas: ou se é amigo ou inimigo. A falta de consideração pelo sujeito torna as coisas fáceis para a administração. Transferem-se grupos étnicos para outras latitudes, enviam-se indivíduos rotulados de judeus para as câmaras de gás.

A indiferença pelo indivíduo que se exprime na lógica não é senão uma conclusão tirada do processo econômico. O indivíduo tornou-se um obstáculo à produção (HORKHEIMER e ADORNO, 2006, p.166 e 167).

Os autores, que se referem no trecho acima ao antissemitismo e ao holocausto, infelizmente podem ser usados nos dias de hoje para pensar sobre a barbárie cotidiana instaurada pela pseudoformação dos sujeitos e pelas exigências do modo de produção. A pluralidade é reduzida a polos, bons ou maus, e o consumo, que outrora era de bens materiais, agora se expande a ideologias que reforçam esse sistema pela obtenção de prazer. A satisfação esperada num mundo narcísico de espetáculo é nada menos que grandiosa. Contudo, essa vida repleta de satisfações grandiosas e grandes prazeres não é encontrada na realidade, e incapaz de reconhecer saciação nas pequenas felicidades, o sujeito torna-se constantemente insatisfeito, frustrado e sentindo-se injustiçado pois não recebeu tudo aquilo que a mídia e a indústria cultural lhe prometeram. Essa frustração, impossível de ser tolerada pelo sujeito não pensante e alienado de si, é projetada para fora no mundo exterior, para aquilo que foi ensinado ser o não-eu, o polo oposto.

As drogas, enquanto bens de consumo, têm o diferencial da sensação física e emocional que produz por meio da alteração química do corpo. Torna-se o produto mágico, aquilo que, se consumido, trará na carne todo o êxtase prometido pela ingestão e buscado desde o abandono do seio materno. As alterações químicas no cérebro, provocadas por algumas drogas que oferecem ao sujeito um prazer imensamente maior que qualquer outro, tornam-se atrativos sedutores a quem espera a felicidade plena e instantânea, contudo efêmera. Avido a sentir-se bem novamente – ou seria não sentir? – completa-se o ciclo do consumo, buscando o prazer da primeira dose.

Sobre o consumo de drogas, é importante ressaltar a relação estabelecida por Marx (2000) entre produção e consumo. Para o autor, a produção é imediatamente consumo, assim como o consumo é imediatamente produção. A separação entre

consumo propriamente dito e produção propriamente dita afasta o homem da responsabilidade sobre sua auto produção. Para além do sentido biológico, em que as substâncias ingeridas são metabolizadas pelo corpo e este as usa para se nutrir, existe o sentido social de constituição do homem por meio do consumo. O consumo irrefletido, de qualquer mercadoria que seja, mas em especial das drogas, constitui o homem em aspectos profundos. A dialética da constituição do homem no mundo nos oferece elementos históricos de que as drogas, produzidas e consumidas pelo homem, são as marcas deste homem no mundo. Sem tais dispositivos ou ferramentas que medeiam as relações humanas desde os primórdios da história, o homem não seria este homem de hoje.

Contudo, apesar das semelhanças, deve-se prestar atenção nas diferenças entre as várias drogas e o modo como são consumidas, pois apesar da história da humanidade estar constituída na relação com a droga, cada ser individual estabelece uma relação própria com esta, apesar da tendência à homogeneização. A maioria das pessoas consome diferentes tipos de drogas de maneira bem adaptada, sem ter grandes problemas com isso. Todavia uma pequena parcela sofre com o uso abusivo destas drogas que cobram o seu preço, trazendo a baixo tudo aquilo que elas levaram rapidamente para o alto. Há nessas substâncias a contradição marcante da sociedade contemporânea pois nem todas ocupam o mesmo lugar na sociedade no âmbito econômico, nem no âmbito legal ou até mesmo social, como foi observado nos capítulos anteriores, mas todas prestam o mesmo auxílio quanto a encarar a realidade.

É preciso compreender que nem todo uso de drogas é feito de maneira abusiva ou problemática. Muitas drogas fazem parte do cotidiano das pessoas da sociedade atual e desempenham um papel na qualidade de vida. Tem-se como exemplo os medicamentos psicotrópicos, as especiarias que condimentam a alimentação, o uso recreativo do álcool, entre outros. Entretanto, o limite entre qualidade de vida e intensificação do consumo e da busca pelo prazer e o anestesiar da vida é uma linha tênue que precisa ser sempre questionada.

Interioridade e exterioridade podem ser facilmente confundidos, de modo que o sujeito queira se sentir único e especial investindo sua energia libidinal nos objetos de amor apresentados pela indústria cultural. Enche-se, então, pela internalização desses objetos vazios, da exterioridade fosca, e passam a reproduzir uma identidade

compactada (ENRIQUEZ, 2001). Ele não sente, não experiencia; apenas vive. Está bem se a economia vai bem, se esta vai mal, infla-se com esperança, pois sua força de trabalho (labor) corrigirá os rumos da economia.

A civilização, que para ser criada precisou da repressão dos instintos pulsionais e do abandono da satisfação integral de necessidades diante da realidade externa para haver trabalho e convívio social, hoje tem no labor a marca do excesso, da dominação, da mais-repressão (MARCUSE, 1969). Os desafios impostos historicamente pelo princípio da realidade fizeram o homem abdicar da saciação imediata de suas necessidades para construir, por meio do trabalho, condições de vida em que lhe fossem garantidos segurança e conforto. Hoje, depois de garantidas as condições de sobrevivência e de não serem tão urgentes as duras repressões necessárias ao trabalho, têm-se o princípio da realidade convertido em princípio de desempenho e o trabalho em labuta.

Ao longo de toda a história documentada da civilização, a coação instintiva imposta pela escassez foi intensificada por coações impostas pela distribuição hierárquica da escassez e do trabalho; o interesse de dominação adicionou mais-repressão à organização dos instintos, sob o princípio da realidade. O princípio do prazer foi destronado não só porque militava contra o progresso na civilização, mas também porque militava contra a civilização cujo progresso perpetua a dominação e o trabalho esforçado e penoso (MARCUSE, p.54, 1969).

A repressão acirrada serve à racionalidade da dominação de sujeitos que precisam alcançar o máximo de seu desempenho econômico para ter acesso à promessa ilusória de satisfação pelo consumo. E sem o consumo a civilização rui, pois a finalidade do progresso não é mais a garantia da vida, mas sim o lucro e a acumulação proveniente do giro de mercado. O Princípio de Prazer, orientado pelo instinto de vida, reprimido em sua origem aprende, nesta nova configuração, que o prazer proveniente do consumo é o que deve ser almejado. Portanto, não só de instinto de vida é constituído o trabalho, mas também de uma grande dose de instinto de morte;

Entretanto, todo o progresso da civilização só se torna possível mediante a transformação e a utilização do instinto de morte e seus derivativos. O desvio da destrutividade primária do ego para o mundo externo alimenta o progresso tecnológico; e o uso do instinto de morte para a formação do superego realiza a submissão punitiva do ego de prazer ao princípio de realidade, assim como assegura a moralidade

civilizada. Nessa transformação, o instinto de morte é pôsto a serviço de Eros; os impulsos agressivos fornecem a energia para a alteração contínua, o domínio e a exploração incessantes da natureza, para benefício da humanidade. Ao atacar, dividir, mudar, pulverizar coisas e animais (e, periodicamente, homens também), o homem dilata seu domínio sobre o mundo e progride para fases cada vez mais ricas da civilização (MARCUSE, p.63, 1969).

Portanto, como o Princípio do Prazer e o instinto de morte seguem a mesma direção, a não excitação, Eros encontra na realidade a estimulação necessária para a manutenção da vida. Contudo, quando a realidade posta cobra do sujeito seu máximo desempenho, há um excesso de excitação que diminui quando enfim esse sujeito encontra prazer, o prazer de consumir. Neste sentido, o consumo irrefletido de drogas e suas características de alteração da percepção da realidade servem como um tentador objeto de consumo que levará, de maneira mais rápida e eficaz pode aumentar o rendimento ou levar à menor excitação por meio de alterações neurobiológicas. Para isso, cada uma atua de maneira diferente. As drogas depressoras do SNC diminuem a excitação como um todo, relaxando e tornando a percepção da realidade menos estimulante. As drogas perturbadoras do SNC alteram a consciência de si e do mundo externo, mudando também a excitação proveniente dele. As drogas estimulantes do SNC ampliam o funcionamento cerebral, tornando a pessoa mais disposta. Contudo ainda é considerada como instinto de morte pois a estrutura biológica do corpo não se altera, o que muda é apenas a percepção dos estímulos internos. Por isso essas últimas são as drogas cujo uso abusivo com maior frequência leva à morte por over dose.

4.3 – O desamparo e a perda das tradições.

A capacidade de experienciar é outro ponto fundamental para entendermos o consumo de drogas na sociedade contemporânea. A sociedade do Século XX perdeu sua capacidade de experienciar, e os homens do Século XXI trazem isso como herança, lançando-se no vazio, buscando preencher-se com algo que os complete e que os faça sentir.

Pobreza de experiência: isso não deve ser compreendido como se os homens aspirassem novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza, externa e também interna, que algo de desceite possa resultar disso. Nem sempre, tampouco, são ignorantes ou inexperientes. Frequentemente pode-se afirmar o oposto: eles ‘devoraram’ tudo, a ‘cultura’ e o ‘ser humano’, e ficaram saciados e exaustos (BENJAMIN, 2012, p.127).

A incapacidade de experienciar, decorrente das velozes transformações sofridas pelo mundo a partir das Revoluções Burguesas, com as grandes guerras mundiais recebeu seu ponto final de exclamação. Uma exclamação muda. “Na época, já se podia notar que os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (BENJAMIN, 2012, p.124). Se antes a experiência era dificultada pela velocidade com a qual as coisas mudavam, com a preponderância do novo, depois das guerras não experienciar era uma resignação, uma tentativa de não sentir tamanho sofrimento.

O uso de drogas como a morfina, a heroína e a cocaína aumentou vertiginosamente mundo a fora depois de todo horror experimentado pela população nas duas guerras mundiais. Não coincidentemente, durante as grandes guerras houve a explosão do proibicionismo de algumas drogas. Era a fuga da dor e a injeção de ânimo que os soldados aprenderam a usar durante a guerra. Depois que o horror continuou apenas dentro deles e nas ameaças causadas pela Guerra Fria, continuaram com o seu uso, apresentando esse recurso, de certo modo já conhecido, como apontou Freud (1930/1996), aos outros que sofriam também.

Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 2012, p. 124).

A noção de individualismo cresceu a medida em que propiciou um maior consumismo. Os sujeitos passaram a viver num presente contínuo, sem olhar para o passado terrível, e não tão distante, tentando comprar a felicidade pois o consumo se

torna o modo de salvar a economia. A herança da experiência que era transmitida via narração, do mais velho para o mais novo e que assim ensinava os tesouros da vida, aos poucos foram se perdendo com o aumento da velocidade e as mudanças que estas proporcionaram. E, na medida em que iam se perdendo, tanto a capacidade de experiência quanto a identificação provocada pela narração de uma experiência foram desaparecendo, e mais desamparados se sentiam esses sujeitos.

Perdidos num mundo novo, feroz e ameaçador, a primeira geração metropolitana do século XX ainda ouvira os conselhos do pai, mas em poucas ocasiões conseguiam aplicá-lo. As segundas e terceiras gerações já não tinham na figura do pai a segurança de quem diria o caminho. Fomos ficando, geração a geração, mais pobres em experiência. “Ficamos pobres. Abandonamos, uma a uma, todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’” (BENJAMIN, 2012, p.128).

Vive-se hoje em uma sociedade de aço e vidro, sem áurea, sem história e sem mistério. Desvendou-se tão bem os segredos da vida e desencantou-se tão bem o mundo que hoje pergunta-se vários porquês, buscando um sentido positivista, um culpado. Por que tantos problemas com drogadição em nossa sociedade, se sabemos exatamente como elas funcionam e o que provocam? Por mais ricos que somos em informação, somos pobres em experiências privadas e em humanidade em geral.

Observa-se bem isso quando, em um grupo de tratamento de dependência química, a psicoeducação sobre as drogas, seus efeitos e malefícios, não acrescenta quase nada novo aos seus usuários que vivem seus efeitos na pele. Pelo contrário, o que causa uma abertura para o diálogo e uma série de insights sobre a vida é o compartilhamento das vivências de cada um. A história de vida, os altos e baixos, as recaídas que já tiveram, o que o outro já viveu toca no individual partindo do coletivo. São narrativas mal contadas, inseguras, mas cheias de vivências compartilháveis. A experiência comunicável porém é limitada e rara, pois o que se conta é uma vivência que não foi em si experienciada. Isso que o sujeito comunica é algo duro, vivido por ele sem necessariamente se constituir como uma experiência. Uma reprodução, um acting out em que desesperado, o consumo de drogas era a esperança automatizada por algum acalanto.

Portanto, segundo Benjamin (1989) experiência é um evento que deixa uma marca no inconsciente e constitui o sujeito, uma dor pela qual o sujeito não se esquivou

e a sentiu, constituindo uma aprendizagem e amparado por um quadro de tradição que deu um sentido social àquele trauma. Vivência então é um acontecimento que foi barrado pelo Ego, protegendo o aparelho psíquico do excesso de estimulação. Sem o adequado suporte externo do quadro de referência e tradição, tal acontecimento seria pesado por demais para ser suportado pelo psiquismo, sendo melhor assim não vivê-lo em sua plenitude. Esse movimento, que visa proteger o Ego do excesso de estimulação, em uma sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997) onde tudo é inédito e grandioso, inclusive a barbárie, faz com que quase nada se torne experiência. Percebe-se então o imenso papel que a tradição e a autoridade de alguém mais experiente exercem sobre a capacidade de experienciar.

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem (HOBSBAWM, 2003, p.13).

Lasch (1983) também aponta para o rompimento com o passado e o pouco caso com o futuro, prendendo a sociedade do narcisismo num eterno presente, que veio de lugar nenhum e não vai para lugar algum. O instante presente é o importante, e o viver o agora, sem se preocupar com nada, se tornou o imperativo, a ordem. Vivendo somente no presente não é possível haver educação, cultura e se isso fosse levado às últimas consequências, não haveria sociedade. A educação, que permite entre outras coisas a produção de tecnologias em todas as áreas, depende da tradição e de um vínculo direto com o passado e com o que foi produzido no passado.

Segundo Damergian (2009, p.83), existe

(...) uma estreita relação entre a crise da autoridade na educação e a crise da tradição, ou seja, a crise provocada pela nossa atitude em relação ao passado. O mundo contemporâneo tem um grande desprezo pelo passado, pela tradição, uma obsessão pelo novo, pelo descartável, descartando, com isso, séculos de cultura, criação, pensamentos, valores, arte, ou seja, tudo o que diz respeito aos pilares, aos fundamentos da civilização.

São pessoas preocupadas com elas mesmas, e com seu bem-estar, querem viver para si e não para os que virão. “Estamos rapidamente perdendo o sentido de continuidade histórica, o senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originam no passado e que se prolongarão no futuro” (LASCH, 1983, p.25). O auto investimento libidinal, narcísico, antes necessário a sobrevivência do homem, agora o afasta de sua continuidade histórica, e por consequência, do outro, que poderia internalizar e investir.

O rompimento com a tradição e a crise da autoridade e da educação tem reflexos no uso de diferentes drogas que, anteriormente, tinham seu uso como algo cultural e seu consumo era ensinado do mais velho para o mais novo. A autoridade de quem dizia que se deve fumar em determinadas situações ou deve-se beber apenas determinadas quantidades ou apenas para certos propósitos, tirou do consumo destas drogas a ponderância e a tradição de seu uso como algo que se ligava aos antepassados.

A atrofia das tradições mais antigas de auto-suficiência minou a competência cotidiana, em uma área após a outra, e tornou o indivíduo dependente do Estado, da corporação e de outras burocracias. O narcisismo representa a dimensão psicológica dessa dependência (LASCH, 1983, p. 30).

A tradição está diretamente ligada à capacidade de pensamento, pois faz uso da memória e do julgamento. Sem um adequado quadro de referência preestabelecido, e sem a experiência, a memória se desprende do pensamento (ARENDT, 2011). Usualmente têm-se como valor na sociedade contemporânea que olhar para o passado é uma perda de tempo, porque os acontecimentos passados são um peso que nos impede de caminhar para o futuro. Arendt (2011), comentando uma metáfora de Kafka, explica que o passado não é um fardo pesado que se carrega e que dificulta o caminhar para o futuro, mas é sim uma força que vem do passado e empurra rumo ao futuro. O futuro por sua vez seria também uma força que, contrariamente, vem do longínquo futuro e faz força em direção ao passado. O pensar se dá quando o homem, na lacuna do presente, intervalo entre passado e futuro, tem que lidar com essas duas forças antagonistas.

Idealmente, a ação das duas forças que compõem o paralelogramo de forças onde o “ele” de Kafka encontrou seu campo de batalha deveria resultar em uma terceira força: a diagonal resultante que teria origem

no ponto em que as forças se chocam e sobre o qual atuam. (...) Essa força diagonal, cuja origem é conhecida, cuja direção é determinada pelo passado e pelo futuro, mas cujo eventual término jaz no infinito, é a metáfora perfeita para a atividade do pensar (ARENDT, 2011, p.38).

O pensar, segundo a autora, é colocar-se entre essas duas forças e delas fazer surgir uma terceira, equidistante das duas primeiras. Contudo, pela incapacidade de lidar com essas forças, as pessoas tentam, ilusoriamente, saltar para fora da linha de combate e assim perdem não somente seu passado e seu futuro, como a capacidade de pensar. O constante anestesiarse dos sujeitos por meio de substâncias químicas apresenta-se como uma tentativa de saltar fora da linha do tempo, fugir do pensamento e do sentir. O pensamento constitui-se como uma ameaça àqueles que abriram mão de sua prática, pois ameaça o equilíbrio delicado de quem se coloca fora da linha do tempo, como um ser vivente.

Estamos mais acostumados às periódicas irrupções de exasperação apaixonada contra a razão, o pensamento e o discurso racional, reações naturais de homens que souberam, por experiência própria, que o pensamento se apartou da realidade, que a realidade se tornou opaca à luz do pensamento, e que o pensamento, não mais atado à circunstância como o círculo a seu foco, se sujeita, seja a tornar-se totalmente desprovido de significação, seja a repisar velhas verdades que já perderam qualquer relevância concreta (ARENDT, 2011, p.32).

O pensamento, ou o caminhar na lacuna entre passado e futuro, não pode ser ofertado, herdado ou recebido, mas apenas indicado pela tradição. “Cada nova geração, e na verdade cada novo ser humano, inserindo-se entre um passado infinito e um futuro infinito, deve descobri-lo e, laboriosamente, pavimentá-lo de novo” (ARENDT, 2011, p.40). Por meio da tradição, cada um deve buscar sua própria experiência e construir o seu próprio pensar.

Entretanto, como aponta Damergian (2009), vive-se uma crise da tradição e da autoridade, que tem seus reflexos na educação e nas artes. A experiência deve buscar suporte na tradição para assim se tornar conhecimento. A tradição, por sua vez, dá corpo à autoridade, autorizando a ensinar por melhor conhecer e já ter traçado caminho semelhante.

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros (ARENDT, 2011, p.128)

As mudanças políticas e econômicas aconteceram muito rápidas, talvez o horror da guerra foi um trauma maior do que o suportado pela tradição, mas o fato é que a autoridade já não existe de acordo com a autora. Em seu lugar, cresceu o autoritarismo, que faz uso da força e da violência para se fazer obedecer. “Onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou” (ARENDT, 2011, p.129). Não há autoridade também na disputa de argumentos, na discussão. A autoridade se embasa na experiência que é própria do sujeito. Com a crise da autoridade, da tradição e da educação, o indivíduo passa a tomar como referência a indústria cultural e a mídia. Sem poder falar de suas vivências (que nem chegam a ser experiências), o sujeito se sujeita à opinião resumida apresentada pelos telejornais, que o fazem acreditar que ele é bem informado e totalmente consciente do mundo que o cerca. Com isto, a força passa a ser constantemente usada para moldar o mundo de acordo com aqueles que o controlam. Percebe-se essa violência nas políticas públicas em relação aos dependentes químicos, encaminhados para internação compulsória, retrocesso imenso diante das práticas humanizadas conquistadas pelas frentes de reforma psiquiátrica no Brasil e no mundo. Sem diálogo e fazendo uso da força, o higienismo passa a ser o modo de enfrentamento do problema, tirando-o da visão e jogando, o máximo possível, para a marginalização aqueles que se entorpecem com outras substâncias além das permitidas.

Tendo a sua dimensão mais íntima controlada pelo Estado e pelo mercado, em suas várias formas e instituições, o desejo e o sentir é algo que passa a ser guiado e associado ao consumo. As propagandas de cerveja no horário nobre da televisão, por exemplo, fazem surgir o desejo pela bebida mesmo em quem nunca bebeu, pelo encanto do ideal que ali é vendido. Já não é preciso líderes autoritários e fortes figuras de poder.

O controle social é internalizado pelos sujeitos, mesmo disfarçada pela permissividade do ‘viver o presente’.

A psicanálise apresentou a pequena empresa interior que assim se constituiu como uma dinâmica complicada do inconsciente e do consciente, do id, ego e superego. No conflito com o superego, a instância de controle social no indivíduo, o ego mantém as pulsões dentro dos limites da autoconservação. As zonas de atrito são grandes e as neuroses, os *faux fraix* dessa economia pulsional, são inevitáveis. Não obstante, a complicada aparelhagem psíquica possibilitou a cooperação relativamente livre dos sujeitos em que se apoiava a economia de mercado. Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada. Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. A decisão que o indivíduo deve tomar em cada situação não precisa mais resultar de uma dolorosa dialética interna da consciência moral, da autoconservação e das pulsões. Para as pessoas na esfera profissional, as decisões são tomadas pela hierarquia que vai das associações até a administração nacional; na esfera privada, pelo esquema da cultura de massas, que desapropria seus consumidores forçados de seus últimos impulsos internos. As associações e as celebridades assumem a função do ego e do superego, e as massas, despojadas até da aparência da personalidade, deixam-se modelar muito mais docilmente segundo os modelos e palavras de ordem dadas, do que os instintos pela censura interna (HORKHEIMER E ADORNO, 2006, p. 167).

Esse sujeito não precisa pensar para viver adaptado à sociedade. A tradição e a experiência foram substituídos por uma forma totalitária de controle externo, e por supostas experiências pré-digeridas e oferecidas como um modo de ser único, vendido no atacado. O uso de diferentes drogas, em diferentes camadas sociais, busca a mesma coisa: preencher o vazio deixado por esse modo de vida.

Apoiado somente do imediatismo das situações, pois o desempenho que lhe é cobrado é no agora, o sujeito não encontra lição ou ensinamento no passado que lhe oriente. O novo é o que ele almeja, pois para o pensamento da Organização, o futuro brilhante é o único sentido em que se pode fixar a visão.

A sociedade capitalista, que atualmente se apresenta, propõe a esse sujeito um investimento nas pulsões do Eu bem maior do que seria necessário, aliado à promessa de felicidade e completude por meio do consumo. Há então um desinvestimento em objetos externos, no outro, nas relações pessoais, e um super investimento no Eu,

tonando-o inflado e vazio. “Do ponto de vista psicanalítico, estamos falando do sujeito narcísico retirado para sua interioridade, onde reina absoluto” (DAMERGIAN, 2009, p.37).

Segundo Enriquez (2001, p.46) “a renovação do individualismo tem por fim suprimir o sujeito e a vida interior”. Para isso, o autor explica que as pessoas precisam ser movidas por um processo de ideação, elas têm que serem convencidas a se anularem, por conta própria. “Para se transformar em um inseto, o homem precisa daquela energia que eventualmente poderia efetuar sua transformação em homem” ADORNO (1994, p.146). Para isso, as organizações e instituições, que agem na mediação do indivíduo com a sociedade propõe valores a serem seguidos para se ser aceito entre eles como um igual. Desse modo, o sujeito abre mão de pensar livremente pela organização.

Se o indivíduo se identifica com a organização, se só pensa através dela, se a idealiza a ponto de sacrificar sua vida privada às metas que ela persegue, sejam quais forem, ele entrará, então, sem o saber (e de consciência tranquila), num sistema totalitário que se tornou para ele o Sagrado transcendente legitimador de sua existência (ENRIQUEZ, 2001, p.46 e 47).

A sociedade contemporânea, que busca a homogeneização dos homens, de seus comportamentos e seus desejos, oferecendo imagens e padrões de reprodução e idealização, cobra de seus membros a obediência às suas regras, domando seus instintos mais primitivos.

Freud (1930/1996) aponta que a civilização e sua manutenção se constroem na repressão e no deslocamento dos instintos sexuais e agressivos. Para isso, o intoxicar-se é apresentado pelo pai da psicanálise como uma solução paliativa ao mal-estar causado pela repressão. Marcuse (1969) interpretando de forma crítica o pensamento de Freud, apresenta o conceito de mais-repressão em que o deslocamento dos instintos o adiamento do prazer serve não para a manutenção da civilização, mas para a manutenção da dominação. Abre-se mão da satisfação instintiva por algo que é uma promessa, um acordo tácito entre os homens que foi historicamente construído e mantido diante, inicialmente, da escassez, e depois pelas relações de poder e dominação. O Princípio do Prazer, que busca a maior satisfação, ou pelo menos a evitação do

desprazer, aprendeu a exigir somente o mínimo de felicidade diante das rígidas imposições do mundo da organização racional do trabalho e do consumo cíclico e constante. O Princípio da Realidade, que busca a adaptação do sujeito, foi substituído pela Princípio do Desempenho e trabalha em consonância com a lógica produtivista, fazendo do mundo interno um anexo copiado do mundo externo.

Tendo interiorizado os freios sociais, com os quais, a princípio, procuraram manter as possibilidades dentro dos limites civilizados, sentiram-se esmagados pelo tédio aniquilador, como animais cujos instintos se definharam no cativeiro. Um retorno ao estado selvagem ameaça-os tão pouco que anseiam precisamente por uma existência instintiva mais vigorosa. Atualmente as pessoas queixam-se da incapacidade de sentir. Cultivam experiências mais vívidas, procuram reanimar a carne preguiçosa, tentam reavivar apetites enfraquecidos. Condenam o superego e exaltam a perdida vida dos sentidos. As pessoas do século vinte erigiram tantas barreiras psicológicas contra emoções fortes e investiram essas defesas com tanta energia derivadas de impulsos proibidos, que não mais conseguem sentir o que é deixar-se inundar pelo desejo. Ao contrário, tendem a ser consumidas pelo ódio, que se deriva das defesas contra o desejo e dão origem, por sua vez, a novas defesas contra o próprio ódio. Suaves, submissas e sociáveis por fora, elas fervem em um ódio interior para o qual uma sociedade densa, superpopulosa e burocrática pode divisar poucas saídas legítimas (LASCH, 1983, p.32).

Lasch (1983) aponta a impossibilidade de sentir como uma consequência da forte internalização do processo civilizatório, fazendo surgir o ódio interior. Marcuse (1969) aponta que toda a sublimação de energia de vida necessária para a labuta, libera também o instinto de morte, que deve ser canalizado e direcionado para se manter o sistema. As drogas contribuem com a evitação do desprazer e do sentimento de ódio, contraditoriamente fazendo o indivíduo sentir algo diferente, acima do normal, brincando com a percepção do sujeito. Sentir-se tonto, agitado, elétrico ou relaxado já é, para quem nada sente, um prazer imenso. Entretanto, quando dominado pelo instinto de morte, leva ao inorgânico, elevando o não sentir à última consequência. Por isso não é raro overdoses aconteçam com as estrelas do cinema e do rock, marcadamente narcisistas.

Controlando o pensamento por meio da introjeção de valores, estabelece-se como meta a homogeneização do interior. Calando as angústias e dores que são únicas da experiência de vida de cada sujeito, cria-se uma sociedade de humanos em série, com

os mesmos desejos e as mesmas ambições. As drogas desempenham papel importante ao melhorar o potencial de alguns (Ritalina, energéticos, cafeína, cocaína) e melhorar o desempenho social de outros (álcool, antidepressivos, ansiolíticos), e colocando todos em aparente igualdade. O mal-estar, discutido por Freud (1930/1996) em 1930, causado pela civilização, agora apresenta-se ainda mais severo com o avanço da lógica de repressão, consumo e automação, tanto industrial quanto do indivíduo.

Mas basta saber que o indivíduo que não se dá conta desse controle sobre sua interioridade pode estar pronto a todos os atos, mesmo os mais repreensíveis, porque são vividos por ele como atos socialmente valorizados pela organização à qual ele adere e, portanto, como a expressão da graça que lhe cabe (ENRIQUEZ, 2001, p.48).

Reforçando o paradigma individualista do faça você mesmo e seja o melhor que você pode ser, o sujeito é cobrado a desempenhar sempre o máximo de seu potencial produtivo. O Superego, inundado de identificações autoritárias, estabelece como Ideal de Eu uma meta não menos autoritária, que exige a perfeição, tanto do desempenho quanto de sua gratificação. Entretanto, ser o melhor é um lugar que pode ser ocupado por pouquíssimas pessoas, e para as que não conseguem resta a frustração.

Não tendo em si outros elementos de investimento afetivo, outros modelos saudáveis de identificação (DAMERGIAN, 2009), enfim, o outro, o sujeito sofre pela compactação de sua identidade a um papel reduzido, uma caricatura de sua personalidade, homogeneizado pelo dominante. O sofrimento, em excesso ou qualquer outro sentimento que ultrapassa as marcas da homogeneidade, deve ser reprimido e trazido de volta aos padrões normais, elencado pela sociedade de iguais. Para isso, existem drogas estimulantes, depressoras e, quando é preciso negar a realidade, as perturbadoras do sistema nervoso central.

O mal-estar existente nas identificações (e que se expressa pelo desenvolvimento da toxicomania, pela multiplicação de indivíduos “em crise de identidade”, de pessoas que não se sentem bem consigo mesmas, pessoas sem rumo ou submetidas a estresses contraditórios) provoca, em reação, na sociedade, nas organizações e nos indivíduos, a edificação de processos identificatórios que têm como meta favorecer a segurança narcísica e fornecer certezas e orientações precisas de vida (ENRIQUEZ, 2001, p.50).

As drogas se apresentam então como uma alternativa ao sofrimento causado pela interioridade que se esvazia, não enquanto situação posta, mas enquanto movimento de contradição. Enriquez (2001, p.59) aponta que a interioridade ainda não desapareceu e nem está próximo disso, mas que “a sociedade atual criou relações sociais suficientes para permitir aos homens evitarem a si mesmos e aos outros e, assim, não se confrontarem com o problema crucial da existência: o da alteridade dos outros e o da própria alteridade”.

A relação com o outro, com suas diferenças e igualdades, se torna um problema quando o sujeito tem dificuldades de se reconhecer cindido, não possuidor de uma identidade sólida, coerente e unificada e permeável à influência do outro. Caso o outro se apresente diferente, e em alguma hipótese feliz (ou tentando ser), será alvo do ódio daqueles que buscam a felicidade sendo iguais e seguindo as regras do jogo. É possível perceber isso na luta contra as drogas. As drogas ilícitas são perseguidas sob o pretexto do grande mal que causam à sociedade e à saúde dos indivíduos, mas historicamente nota-se que as drogas proibidas são aquelas cuja origem remete a povos dominados pela maioria branca, cristã e ocidental.

Em cada indivíduo existe um ódio inconsciente de si, como também um amor consciente por si. Esse ódio contra partes de si mesmo mal integradas, problemáticas, trazendo “temor e tremor”, é mais facilmente projetado sobre os outros quando o indivíduo deve dar provas de seu caráter *inteiriço*, de um narcisismo a toda prova, de suas capacidades de comunicação e de persuasão, de sua centralização no sucesso de seu trabalho (ENRIQUEZ, 2001, p.53).

Assim, o sujeito sente-se ameaçado pelo diferente e projeta nele todo o ódio que sente de si, por anular-se no seu desejo em busca da aceitação de seu meio social. Portanto, não se pode analisar o consumo de drogas na sociedade contemporânea sem levar em conta as suas várias formas exteriores ao sujeito, sua multideterminação. Movimentos psicossociais influenciam e transformam realidades históricas, políticas e econômicas, e o ódio por algumas drogas específicas já mobilizaram operações militares e invasões a países produtores que têm no cultivo de algumas drogas seus traços culturais. Há, sem dúvida, fatores econômicos e políticos, envolvidos na guerra contra

as drogas, mas sua origem tem um cerne psicossocial que reproduz o mecanismo projetivo de expiação do *phármakon* enquanto um *pharmakós*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre o consumo de drogas é algo muito complicado. Por ser um tabu em nossa sociedade, com frequência encontra-se discursos moralistas sobre o tema, generalizando a opinião de que usar drogas é errado, assim como encontra-se também discursos incentivadores defendido por pessoas que pregam o consumo pelo consumo. Para complicar ainda mais as coisas, normalmente não se entra em concordância sobre o que é droga e o que não é. Há uma grande dificuldade de se admitir que todos usamos algum tipo de drogas. Parece deixar a consciência mais leve dizer, para si e para os outros, que o uso que se faz de medicamentos foi indicado pelo médico e por isso não há problema, ou que a cerveja que se bebe nos *happy hours* não é droga pois não vem de traficantes.

A produção, distribuição e venda no varejo de substâncias, lícitas ou ilícitas, que alteram a percepção e a consciência, gira uma enorme quantidade de dinheiro em qualquer lugar do mundo. E esse mercado é tão lucrativo pois seus consumidores, assumidos ou não, estão em todos os lugares, ocupando vários cargos e papéis sociais e consumindo tais substâncias por diferentes motivos. Em qualquer lugar do mundo existe alguém bebendo, fumando ou se medicando. Mas ainda sim é difícil tratar deste assunto.

O narcotráfico, apesar de todas operações e todo o investimento das forças policiais de tantos países, continua crescendo em quase todo mundo (UNODC, 2013). E já não é associado somente a povos estereotipados, como se o mal viesse de fora; existe uma ampla rede de negócios e de distribuição em todo globo. A medicalização da vida também cresce a passos largos. Com a classificação de novas patologias, como percebido no aumento de itens do DSM-V, a indústria farmacêutica cresce constantemente, apresentando novas soluções às novas dores catalogadas por pesquisadores financiados pelas próprias indústrias farmacêuticas.

Nos diversos levantamentos sobre uso de drogas expostos neste trabalho (ANDRADE, DUARTE e OLIVEIRA, 2010; CARLINI et al, 2006; CARLINI et al, 2010; DUARTE, STEMPLIUK e BARROSO, 2009; FIOCRUZ, 2014) sempre constam como substâncias mais consumidas o álcool e o tabaco. Portanto, diante dos números,

poder-se-ia discutir quais são as drogas mais perigosas, como já foi feito por Nutt, King e Phillips (2010), ou por que a política proibicionista é uma falácia, como faz Karam (2008). Porém, o que percebe-se é que na verdade não interessa se a substância é proibida ou legalizada, não interessa se o consumo da substância ou as consequências do consumo são perigosas à saúde e à vida, não interessa se é caro ou barato: as pessoas vão consumir drogas.

Este consumo, que é histórico, apresenta características específicas na contemporaneidade que foram discutidas nesta dissertação e que são de importante compreensão para discutir o complicado tema das drogas. O consumo de drogas, se problemático ou não, é reflexo de uma maneira de se subjetivar em um mundo excessivamente repressivo e árido ao pensamento.

O sujeito e a sociedade formados na Modernidade com as revoluções burguesas e as grandes e rápidas mudanças ocasionadas por estas, constituiu-se com o ideal do novo de maneira muito presente. Depois da longa Idade Média em que a monarquia e o clero reinavam absolutos e a ascensão social era praticamente impossível, as revoluções burguesas apresentaram novos ideais e novas possibilidades. A figura de Napoleão Bonaparte surge como inspiração para aqueles que sonhavam ser grandes, mesmo não vindo de berço de ouro, tudo pelo trabalho duro e pela dedicação implacável. Junto a isso, os avanços tecnológicos mudaram a relação do homem com o mundo drasticamente, pois daquele ponto em diante as intervenções e transformações da realidade tinham a força da máquina a vapor.

Tantas mudanças em tantas áreas distintas não foram sentidas somente como benefício. Pelo contrário, causou um mal-estar generalizado, que foi objeto de estudo de grandes pensadores como Marx (2001), Durkheim (2000) e Freud (1930/1996), por exemplo. Havia um estranhamento em ser humano desse modo, nesta sociedade. Toda a tradição estava sendo posta a prova diante do novo, do tecnológico e o estar no mundo não contava com o quadro de referência que desse algum sentido e que oferecesse amparo às angústias. O lucro, a acumulação de riquezas e sobretudo a dominação colocou o mundo em guerra por duas vezes. E toda a tecnologia que transformava o mundo serviu também para a barbárie, e o horror e a morte se apresentaram de um modo nunca antes visto, seguindo a produção industrial.

Para recuperar a economia e dar um novo sentido àquelas vidas arrasadas incentivou-se o consumo. Reconstruí-se as cidades e as subjetividades, afastando a todos do passado e a tudo ligado a ele. Era o imperativo do novo apresentado a Indústria Cultural. Contudo, para manter o mercado assim aquecido foi preciso mais-repressão e mais desempenho que o necessário para a simples sobrevivência. Era preciso que fossem esquecidos os sentidos de homem que se constrói pelo trabalho, e que se buscasse a felicidade e a plenitude prometidas pelos dominadores. Assim como o excesso de labuta, orientado para o consumo, destrói o sentido de trabalho causando alienação, o excesso de consumo busca preencher a interioridade esvaziada de sentido gerado pela alienação.

Em tal cenário foi se construindo «visto que este homem cada vez mais se iguala a uma máquina» sujeitos desamparados, sem referências e sem modelos saudáveis de identificação (DAMERGIAN, 2009). Sua subjetividade, que surge com o contato com o outro, com a autoridade do Pai, foi se esvaziando diante do autoritarismo dos líderes das organizações. Sem tem em que investir sua libido, investe-se em si mesmo e busca-se ser como um Napoleão que sozinho se moldou e tornou-se grande. Mas a grandeza só existe para alguns, e diante da frustração da realidade que exige cada vez mais labuta e quase nada paga da promessa de felicidade, busca-se como recursos a este mal-estar, o consumo de drogas.

As drogas oferecem um prazer que é disfrutado pelos homens a milênios. Entretanto, seu consumo, devido a sociedade e ao sujeito contemporâneo, ganhou um novo significado social, atrelado à promessa de felicidade e completude, cada vez mais distante de qualquer tradição. Isso faz com que cada vez mais o consumo de drogas se torne um problema por dois motivos: incorporado à lógica consumista, a tendência é que as drogas se insiram mais intimamente na vida das pessoas, servindo ao controle e homogeneização das subjetividades, deixando-as dependentes dela para se adaptarem a realidade; ainda na lógica consumista, as drogas que fogem ao domínio industrial e são produzidas e comercializadas na clandestinidade tornar-se-ão cada vez mais fortes e seus efeitos ficarão mais potentes, fazendo com que a experiência de seu consumo seja uma atividade que coloca a vida em risco.

No primeiro motivo tem-se como exemplo o uso de medicamentos, especialmente os psicotrópicos, que calam as partes não adaptadas do sujeito e o deixa

em condições de produzir novamente. Desde a revolução industrial essa prática existe, com a pausa para o cigarro que mantinha o trabalhador acordado, o café e o açúcar dos escritórios que mantêm a atenção focada, a cocaína no mercado financeiro, e o álcool nos tempos de descanso, para não sair da lógica de produção. No segundo motivo tem-se como exemplo a difusão do crack que, apesar de ser a mesma substância que a cocaína, seu modo de administração faz com que seus efeitos comecem mais rápido e sejam sentidos com maior intensidade.

A divisão entre lícito e ilícito, que em um primeiro momento poderia parecer algo problemático no consumo de drogas alinhado à lógica consumista, em uma análise mais crítica se mostra bem adaptado. Percebe-se que essa separação oferece a característica perfeita para que o consumidor de um dos lados tenha sempre um inimigo, uma figura de polaridade oposta da qual possa se diferenciar e projetar sua agressividade e ansiedade sem precisar se identificar com nenhum aspecto daquele outro humano.

É importante estar atento para que, em grande parte do que se julga, por meio das tais projeções de agressividade, ansiedade e medo, ser o motivo da violência urbana não se trata do uso de drogas específicas, como o crack, mas sim de uma realidade de vulnerabilidade social e falta de oportunidades no qual o crack se dissemina por ser adaptado a essa população.

Portanto, diante da grande gama de assuntos transversalizados pelas drogas, e que geram muita preocupação, este trabalho teve como intuito discutir e problematizar a questão do consumo da droga, inserido no contexto histórico da modernidade, com seus vínculos cortados com o passado. Qualquer política pública que se pretenda tratar da questão das drogas não pode ignorar o fator consumo presente neste assunto. Tem-se hoje uma sociedade amarrada em que tudo serve à lógica do consumo e é preciso ao menos tentar romper com este sistema.

Drogas são apenas substâncias e não devem ser encaradas como vilãs. O consumidor de drogas também não detém essa vilania e não deve ser colocado como o culpado das mazelas sociais caudas por um sistema que tem como a base a desigualdade. O uso de drogas, quaisquer que sejam, se não a serviço do consumo, pode e deve ser uma atividade prazerosa e enriquecedora, que ajuda a formar uma subjetividade mais rica por meio das experiências de alteração da percepção e da

consciência. Contudo, para isso acontecer, é preciso vencer o tabu das drogas e reestabelecer nossos vínculos com o passado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.

ALEXANDER, B. K.; COAMBS, R. B.; HADAWAY, P. F. The effects of housing and gender on morphine self-administration in rats. *Psychopharmacology*. v. 58, p. 175-179, 1978.

ALEXANDER, B. K.; et al. Effects on early and later colony housing on oral ingestion of morphine in rats. *Pharmacology, Biochemistry & Behavior*. v. 15, p. 571-576, 1981.

ANDRADE, A., DUARTE, P.; OLIVEIRA, L (orgs). I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras. Brasília: SENAD, 2010.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BITTENCOURTT, P.; SOUZA, A. C. Diminuir para somar: cartilha de redução de danos para agentes comunitários de saúde. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm>. Acesso em 09 abr. 2014.

_____. Casa Civil da Presidência da República. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em 09 abr. 2014.

CARLINI, E. A. et al. II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: Estudo envolvendo as 108 maiores cidades do Brasil 2005. São Paulo: CEBRID/ UNIFESP, 2006.

_____. VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino das 27 capitais brasileiras. Brasília: SENAD, 2010.

CARNEIRO, H. *Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas*. São Paulo: Editora Campus, 2005.

DAMERGIAN, S. *Para além da barbárie civilizatória*. O amor e a ética humanista. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, P., STEMPLIUK, V. e BARROSO, L. Relatório brasileiro sobre drogas. Brasília: SENAD, 2009.

DURKHEIM, E. *O suicídio: Estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENRIQUEZ, E. A interioridade está acabando?. In: LEVY, A. Et al. *Psicossociologia: análise e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ESCOHOTADO, A. *Historia General de Las Drogas*. Madrid: Espasa, 1998.

FIOCRUZ. Livroto domiciliar. Estimativa do número de usuários de crack e/ ou similares na Capitais do Pais. 2013b. Disponível em: < <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/maior-pesquisa-sobre-crack-j%C3%A1-feita-no-mundo-mostra-o-perfil-do-consumo-no-brasil>>. Acesso em 09 abr. 2014.

_____. Livroto epidemiológico. Perfil dos usuários de crack e/ ou similares no Brasil. 2013a. Disponível em: < <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/maior-pesquisa-sobre-crack-j%C3%A1-feita-no-mundo-mostra-o-perfil-do-consumo-no-brasil>>. Acesso em 09 abr. 2014.

FREUD, S. (1887). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. I, 1996.

_____. (1898). A sexualidade na etiologia das neuroses. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. III, 1996.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. VII, 1996.

_____. (1913). Totem e tabu. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIII, 1996.

_____. (1914). À guisa de introdução ao Narcisismo. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, vol. I, 2004.

_____. (1917). Luto e melancolia. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, 1996.

_____. (1920). Além do princípio de prazer. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI, 1996.

_____. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI, 1996.

_____. (1923). O Ego e o Id. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI, 1996.

_____. (1926). Inibição, sintomas e ansiedade. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago vol. XX, 1996.

_____. (1930). Mal-estar na civilização. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI, 1996.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

HART, C. L.; HANEY, M.; FOLTIN, R. W.; FISCHMAN, M. W. Alternative reinforcers differentially modify cocaine self-administration by humans. *Behavioural Pharmacology*, London, v. 11, p. 87-91, 2000.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Editora Cultrix, 1959.

KARAM, M. L. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In LABATE, B. C. et al (orgs). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

KLEIN, M. *O sentimento de solidão*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LASCH, C. *A cultura do Narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

MARCUSE, H. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In MARX, K. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998

_____. *Manifesto do partido comunista 1848*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MENDONÇA, J. R. S. A droga como um recurso ao mal-estar na civilização. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 240-260, ago. 2011.

NUTT, D. J.; KING, L. A.; PHILLIPS, L. D. *Drug harms in the UK: a multicriteria decision analysis*. Lancet, 2010, Vol. 376, p. 1558-65.

OMS. Lexicon of alcohol and drug terms. Genebra: World Health Organization, 1994.

POLLO-ARAÚJO, M. A.; MOREIRA, F. G. Aspectos históricos da redução de dano. In SILVEIRA, D. X. e NIEL, M. (orgs). *Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde*. São Paulo: PROAD / UNIFESP / Ministério da Saúde, 2008.

RIBEIRO, C. T. *Que lugar para as drogas no sujeito? Que lugar para o sujeito nas drogas? Uma leitura psicanalítica do fenômeno do uso de drogas na contemporaneidade*. 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

SENAD. *II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil*: 2005. São Paulo: CEBRID, 2006.

UNODC. Da coerção a coesão: tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde e não da punição. New York: United Nations, 2010. Disponível em http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2013/09/09-simposio-internacional-sobre-drogas_-da-coercao-a-coesao-comeca-hoje-em-brasilia.html. Acesso em 09 abr. 2014.

_____. World Drug Report 2013. New York: United Nations, 2013.

VARGAS, E. V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In LABATE, B. C. et al (orgs). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.